

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO - CAEd
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SIMONE SANTIAGO DE SANTANA

**OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E
USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA
MAIS EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO**

JUIZ DE FORA
2014

SIMONE SANTIAGO DE SANTANA

**OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E
USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA
MAIS EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Professor Doutor Álvaro João Magalhães de Queiroz.

Co - Orientador: Professor Doutor Kelmer Esteves de Paula.

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

SIMONE SANTIAGO DE SANTANA

OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Membro da banca – Orientador (a)

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, __ de _____ de 2014.

Ao meu amado esposo, João Marcio, de quem tenho todo amor, cuidado e incentivo; e aos meus filhos, Camila e Lucas, por todo amor.

AGRADECIMENTOS

Ao que tem toda a primazia e é o Kyrios da minha vida, Jesus Cristo, o meu Senhor, pois, sem Ele, nada eu poderia ter feito.

Ao meu amado esposo, João Marcio, com quem pude contar em todos os instantes com amor, compreensão, cuidado, cooperação incansável nas tarefas do nosso lar e incentivo para a conclusão desse mestrado.

Aos meus filhos, Camila e Lucas, pela compreensão, cooperação e incentivo para mais uma conquista.

Aos meus pais, Ivanildo e Esmeraldina, pela oportunidade à vida.

À amada igreja em Recife que em tantos momentos cooperou comigo para a vitória da conclusão desse mestrado, nos trabalhos, em oração e cuidado.

À amiga Socorro Silva, carinhosamente Socorrinho, por sua presença, carinho, atenção, apoio, colaboração e incentivo.

Ao governo do estado de Pernambuco, que investiu na educação por meio desse mestrado profissional.

Às equipes do Programa Mais Educação da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, da Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte e da Escola da pesquisa pelas informações fornecidas.

Ao Co-orientador, professor doutor Kelmer Esteves de Paula, e à Raquel Peralva Martins de Oliveira, membro do Núcleo de Dissertação do PPGP/CAEd/UFJF, pelas orientações e incentivos, durante toda a caminhada de construção dessa dissertação.

Lápis Azul viaja pelo mundo e
aventura-se aos desafios do Relógio Todo

Dia.

Socorro Silva

RESUMO

O presente caso de gestão objetivou descrever e analisar os problemas e desafios na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação (PME) na rede estadual de educação de Pernambuco, a partir do caso da Escola Estadual Y, do município de Paulista, pertencente à GRE Metropolitana Norte, e propor um plano de ação como contribuição para melhoria dessa implementação. A relevância dessa pesquisa que tangencia as questões atinentes à ampliação da jornada escolar ou tempo escolar e, portanto, às políticas de educação integral e em tempo integral é justificada diante do caráter emergente que tem o uso das tecnologias eletrônicas e digitais na escola, considerando que o PME contempla, dentre os macrocampos de conhecimento das escolas urbanas, o de Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. Embora exista uma expressiva produção sobre o PME em termos mais amplos, justifica-se também a escolha dessa temática específica por não existirem publicações a respeito no estado de Pernambuco. Tomou-se como campo de pesquisa a SEE/PE, a GRE Metropolitana Norte e uma escola estadual de jurisdição do município de Paulista - denominada neste estudo de Escola Estadual Y - que fez a adesão ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME em todos os anos, desde a implantação do PME no estado, em 2008. Para a coleta de dados e análise dos elementos interferentes na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME, a metodologia utilizada foi qualitativa, tendo como instrumento de pesquisa entrevistas de roteiros semi-estruturados em duas etapas distintas: uma etapa preliminar com as equipes do PME da SEE/PE e GRE e uma segunda etapa com as mesmas equipes e a equipe pedagógica e de gestão da Escola Estadual Y. Como fundamentação teórica utilizaram-se os estudos de Cavaliere (2007, 2009) sobre a concepção de educação integral, Condé (2012) e Mainardes (2006) a respeito da implementação de políticas públicas e Bonilla (2009) sobre a incorporação das tecnologias no contexto escolar. A partir de análise dos resultados da pesquisa observou-se que problemas de insuficiência e despreparo de recursos humanos e precariedade no monitoramento no âmbito da SEE/PE e da GRE interferiram diretamente na implementação do macrocampo nas escolas. Diante disso, o Plano de Ação Educacional proposto apresenta ações que poderão ser executadas na rede estadual de ensino de Pernambuco com vistas a equacionar as dificuldades na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME, quer seja no âmbito da SEE/PE, das Gerências Regionais de Educação ou das próprias escolas.

Palavras-chave: Programa Mais Educação (PME). Macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. Implementação.

ABSTRACT

The aims of the present case of management were to describe and analyse the problems and challenges in the implementation of macrocampo Communication and Use of Media, Digital and Technological Culture of Mais Educação Program (PME) on the network education of Pernambuco from State School case Y, in Paulista, municipality of Regional Management of Education from North Metropolitan, and to propose an action plan as contribution to improvement of this implementation. The importance of this research that touches the issues concerning the extension of the school journey or school time and therefore the integral education policies and full time is justified faced with the emergency of the use of electronic and digital technologies in school, whereas PME includes, among the macrocampos of knowledge of urban schools, the Communication and Use of Media, Digital and Technological Culture. Although there is a significant production about the PME in broader terms, this specific theme is chosen because there is not this kind of publications in the State of Pernambuco. The State Department of Education of Pernambuco (SEE/PE), The Regional Management of Education/North Metropolitan (GRE) and the State School Y became search field. The State School Y has made membership of the macrocampo Communication and Use of Media, Digital and Technological Culture of PME every year, from the implementation of PME, in the state in 2008. It was used a qualitative methodology to collect information and analyse the facts that involve the implementation of macrocampo Communication and Use of Media, Digital and Technological Culture of Mais Educação Program having as research's tools, interviews of semi-structured itineraries in two different stages: a preliminary stage with the same teams of Mais Educação Program of SEE/PE and GRE, and a second stage with the same teams, the educational team and the management team of the State School Y. The studies from Cavaliere (2007, 2009) about the conception of full educational were used as theoretical support, Condé (2012) and Mainardes (2006) about the implementation of public policies and Bonilla (2009) about the incorporation of technologies in the school context. From the analysis results of the research it was pointed out problems of inadequacy and lack of preparation of human resources and insecurity in monitoring under the SEE/PE and GRE interfered directly in the implementation of macrocampo in schools. In the face of this, the proposed Educational Action Plan presents actions that can be executed in the State schools of Pernambuco with a view to addressing the difficulties in implementing the macrocampo Communication and Use of Media, Digital and Technological Culture of the PME, either within the SEE/PE, Regional Managements of Education or the schools themselves.

Key-words: More Education Program (PME). Macrocampo Communication and Use of Media, Digital and Technological Culture. Implementation.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Fluxograma da elaboração à distribuição às escolas do Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação..... 84
- Figura 2:** Fluxograma para ampliação de funcionalidades do SIEPE relativas à criação de quadro de horário e registro de frequência para as turmas diversificadas do PME..... 87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Número de escolas estaduais por município de jurisdição da GRE Metropolitana Norte.....	39
Gráfico 2:	Escolas do município de Paulista por rede de ensino.....	40
Gráfico 3:	Escolas estaduais do município de Paulista por nível e modalidade de ensino.....	41
Gráfico 4:	IDEBs de 2007 a 2011, nos anos finais do ensino fundamental das 09 escolas estaduais de Paulista que implantaram o PME em 2008.....	41
Gráfico 5:	IDEPEs de 2008 a 2012, nos anos finais do ensino fundamental das 09 escolas estaduais de Paulista que implantaram o PME em 2008.....	42
Gráfico 6:	IDEB da Escola Estadual Y nos anos finais do ensino fundamental - 2005 a 2011.....	46
Gráfico 7:	IDEPE da Escola Estadual Y nos anos finais do ensino fundamental - 2008 a 2012.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Tipos de macrocampo por localização geográfica das escolas em 2013.....	28
Quadro 2:	Adesão da Escola Estadual Y por macrocampo(s), atividades e alunos atendidos de 2008 a 2013.....	48
Quadro 3:	Sugestão de conteúdos para a formação continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica	81
Quadro 4:	Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.....	82
Quadro 5:	Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação.....	85
Quadro 6:	Monitoramento Integrado na SEE/PE.....	88
Quadro 7:	Resumo do PAE.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Quantitativo de escolas e municípios por GRE que aderiram ao PME em 2012.....	32
Tabela 2:	Quantitativo de escolas em Pernambuco, conforme adesão às atividades do macrocampo Cultura Digital e/ou do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias em 2012.	37
Tabela 3:	Quantitativo de escolas que aderiram ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na GRE Metropolitana Norte e no município de Paulista, nos anos de 2008 a 2013.....	43
Tabela 4:	Taxas de Aprovação, Reprovação, Distorção Idade-Série e Abandono nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Y, nos anos de 2011 e 2012.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
DICEI	Diretoria de Currículos e Educação Integral
EEx	Entidade Executora
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEIF	Gerência de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental
GENTE	Ginásio Experimental de Novas Tecnologias Educacionais
GGTIC	Gerência Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
GISA	Gerência de Informações, Software e Aplicativos
GRE	Gerência Regional de Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
PAE	Plano de Ação Educacional
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Programa de Desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PME	Programa Mais Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
POA	Plano Orçamentário Anual
PPP	Projeto Político Pedagógico

ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROFIC	Programa de Formação Integral da Criança
ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RPA	Região Político Administrativa
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE	Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEDE	Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação
SEE/PE	Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
SEGE	Secretaria Executiva de Gestão da Rede
SIEPE	Sistema de Informações da Educação de Pernambuco
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
TEAR	Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão de Resultados
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEDLL	Unidade de Educação a Distância, Leituras e Linguagens
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PERNAMBUCO	21
1.1	O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação.....	22
1.1.1	Programa Mais Educação como indutor de uma política pública em Educação Integral.....	22
1.1.2	Macrocampos do Programa Mais Educação (PME).....	27
1.1.3	O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.....	29
1.1.4	O Programa Mais Educação (PME) em Pernambuco.....	31
1.1.5	A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica nas escolas estaduais de Pernambuco.....	35
1.1.6	A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica nas escolas estaduais da Gerência Regional de Educação (GRE) Metropolitana Norte .	39
1.2	A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na Escola Estadual Y - Paulista/PE.....	44
1.2.1	O Contexto da Escola Estadual Y.....	45
1.2.2	Atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na Escola Estadual Y.....	47
1.2.3	Percepção dos atores da Escola Estadual Y quanto à implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.....	50

1.2.4	A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na Escola Estadual Y na perspectiva da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e da GRE Metropolitana Norte.....	57
1.2.4.1	No âmbito da SEE/PE.....	57
1.2.4.2	No âmbito da GRE Metropolitana Norte.....	59
2	ANÁLISE COMPREENSIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PERNAMBUCO.....	61
2.1	A Educação Integral no PME: propósitos e concepções...	61
2.2	Breves relatos de algumas experiências em educação integral no Brasil com uso de tecnologias na escola.....	67
2.3	A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME: contexto e desafios em Pernambuco.....	72
3	PROPOSIÇÕES PARA A MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PME NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PERNAMBUCO.....	79
3.1	Proposição 1: Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.....	79
3.2	Proposição 2: Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação.....	83
3.3	Proposição 3: Monitoramento Integrado na SEE/PE.....	85
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICES.....	99

INTRODUÇÃO

A ampliação da jornada escolar ou tempo escolar se inscreve como um indicativo considerado nas políticas de educação integral e em tempo integral, na dimensão do desenvolvimento humano, com papel fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais, e, conseqüentemente, das desigualdades educacionais. Nesse trilho de considerações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, no seu art. 34, § 2º, determina que o Ensino Fundamental seja ministrado progressivamente em tempo integral. Sendo assim, o Ministério da Educação (MEC), em sua estrutura institucional, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e sua Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI), inclui na agenda das políticas de educação básica a Educação Integral.

O Programa Mais Educação (PME) foi incluído nessa agenda das políticas de Educação Integral, como um programa interministerial, do qual fazem parte os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente e Secretaria Nacional da Juventude, tendo como prioridade a formação integral de crianças, adolescentes e jovens do Ensino Fundamental, por meio de atividades vivenciadas em jornada ampliada com um acréscimo de 3 (três) horas na carga-horária diária dos estudantes. A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE/PE) implantou o PME, em 2008, e nas atividades do Programa as escolas fazem adesão ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

Dados os problemas de insuficiência e despreparo de recursos humanos e precariedade no monitoramento para a implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação nas escolas, referidos nos depoimentos de integrantes das equipes de coordenação do PME da SEE/PE e da Gerência Regional de Educação (GRE) Metropolitana Norte na etapa preliminar da pesquisa, buscou-se verificar como se deu a implementação do referido macrocampo, quais dificuldades encontradas e como elas foram ou não superadas, exemplificando esse processo em uma escola específica.

Este estudo de caso teve como campo de pesquisa a SEE/PE, a GRE Metropolitana Norte e uma escola estadual de jurisdição do município de Paulista,

denominada neste estudo de Escola Estadual Y. A escolha dessa escola no universo das escolas desse município, que foi um dos quatro primeiros municípios a implantar o PME no estado de Pernambuco, deu-se porque essa fez a adesão no Plano de Atendimento, de atividades dos macrocampos relativos ao uso de mídias e cultura digital, atualmente denominados de macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, em todos os anos, desde 2008, ano de implantação do Programa Mais Educação em Pernambuco, segundo informações do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC)¹.

O que motivou a pesquisa sobre o tema foi observar na minha trajetória profissional, coordenando projetos na área de tecnologia educacional e educação a distância, os inúmeros desafios que se apresentam quanto a formação dos profissionais em educação para a integração das tecnologias no currículo escolar e nas práticas pedagógicas e de gestão, além de problemas de infraestrutura das escolas e de implementação das políticas educacionais. Ademais, a escola campo dessa pesquisa serviu como exemplo para a análise dos possíveis desafios que as escolas estaduais de Pernambuco enfrentam na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.

Considerando que o uso das tecnologias eletrônicas e digitais na escola tem caráter emergente, diante das demandas da sociedade da informação e do mundo do trabalho, destaca-se a relevância desse estudo que tem como tema a implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na rede estadual de educação de Pernambuco. Embora exista uma expressiva produção sobre o PME em termos mais amplos, justifica-se a escolha dessa temática específica, por não existirem publicações a respeito no estado de Pernambuco.

Essa investigação, portanto, objetiva descrever e analisar os problemas e desafios enfrentados na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação em Pernambuco

¹ O Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – SIMEC, “[...] é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área de educação”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143:simec&catid=114:sistemas-do-mec>. Acesso em: 17 jan. 2013.

a partir do caso da Escola Estadual Y, do município de Paulista, pertencente à GRE Metropolitana Norte, e propor um plano de ação que contribua com a melhoria dessa implementação.

E, como objetivos específicos elegeram-se os seguintes: apresentar a estrutura e funcionamento do Programa Mais Educação e o contexto de sua implantação no estado de Pernambuco e no município de Paulista, destacando a adesão das escolas estaduais desse município de jurisdição da GRE Metropolitana Norte ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica; identificar e analisar os problemas de implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, na Escola Estadual Y do município de Paulista – PE; e, apresentar um Plano de Ação Educacional (PAE) para a melhoria da implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação, tendo em vista uma intervenção da Secretaria de Educação e Esporte de Pernambuco (SEE/PE) e da Gerência Regional de Educação (GRE) Metropolitana Norte, diante dos desafios e problemas identificados na Escola Estadual Y, do município de Paulista – PE, que serviu de exemplo nessa pesquisa.

Diante disso, é importante ressaltar que essa pesquisa não pretendeu aferir resultados da implementação das tecnologias educacionais nos resultados de ensino aprendizagem da escola, mas focou-se, especificamente, nos desafios de implementação do macrocampo.

Dessa forma, para a coleta de dados e análise dos elementos interferentes na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME, a metodologia utilizada foi a qualitativa, tendo como instrumento de pesquisa entrevistas de roteiros semi-estruturados em duas etapas distintas: uma etapa preliminar, para aproximação e reconhecimento dos elementos do problema da pesquisa, com a equipe de coordenação do Programa Mais Educação da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE/PE) e com a equipe da Gerência Regional de Educação (GRE) Metropolitana Norte, que acompanham o Programa nas escolas; e, uma segunda etapa de entrevistas com os mesmos atores da etapa preliminar e com a gestão, equipe técnico-pedagógica e monitores da escola. Além das entrevistas, foram utilizadas a análise documental e bibliográfica e a pesquisa de dados no SIMEC, no Portal do Ministério da Educação

(MEC), no Portal Qedu², no Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (PDDE Interativo)³, na intranet da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco - Portal de Informações Educacionais e no Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE).

Assim, o texto desse trabalho de pesquisa está dividido em três capítulos, sendo o primeiro descritivo do caso de gestão, o segundo de análise do caso de gestão, e o terceiro capítulo referente ao Plano de Ação Educacional (PAE).

No capítulo 1, apresenta-se a estrutura e funcionamento do PME, sua instituição pelo MEC, bem como a implantação na rede estadual de educação de Pernambuco com foco na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação, tomando como exemplo a Escola Estadual Y do município de Paulista/Pernambuco, pertencente à GRE Metropolitana Norte, onde os problemas de implementação do referido macrocampo foram constatados. Completando o capítulo, faz-se a descrição da implementação do programa e do macrocampo na percepção dos atores diretamente envolvidos na SEE/PE e na GRE Metropolitana Norte, bem como das evidências dos problemas em nível macro refletidos na instância micro, a partir da percepção dos atores da Escola Estadual Y.

No capítulo 2, a partir das informações coletadas nos documentos e depoimentos dos entrevistados e da identificação dos problemas de implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, procede-se à análise fundamentada à luz de um referencial bibliográfico, sobre os propósitos e concepções da Educação Integral no PME, apresentação de algumas experiências bem sucedidas com o uso de tecnologias em escolas de tempo integral, demonstrando possibilidades de aprendizagens significativas na perspectiva da educação integral, bem como o contexto e os desafios na implementação do

² QEdu é um portal sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil e, com base nos questionários contextuais aplicados nas avaliações externas, é possível identificar o Nível Social e Econômico dos estudantes (NSE). Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/busca>>. Acesso em: 02 mai. 2013.

³ O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo MEC em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação e está disponível no endereço eletrônico <http://pddeinterativo.mec.gov.br>. “Seu objetivo principal é auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2014b, p.4).

macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME, na rede estadual de educação de Pernambuco e na escola dessa pesquisa.

A análise do caso de gestão em tela serviu de base para justificar o Plano de Ação Educacional que compõe o capítulo 3, no qual são propostas ações de intervenção da SEE/PE e da GRE junto às escolas para a melhoria na implementação do PME e do macrocampo foco desse estudo.

1 IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PERNAMBUCO

A escola como locus privilegiado de produção e sistematização de saberes tem sido cotidianamente desafiada a lidar de forma crítica e criativa com a realidade do uso de tecnologias eletrônicas e digitais, como uma das exigências para a formação cidadã de seus alunos, na produção de aprendizagens significativas, para fim da inserção desses no mundo do trabalho.

Nesse sentido, Programas instituídos pelo Ministério da Educação (MEC) vêm buscando incentivar o uso das tecnologias nas escolas como meio de oferta formativa na perspectiva de uma educação integral. Entretanto, não basta às escolas estarem equipadas com as tecnologias microeletrônicas e digitais, é necessário lidarem com os problemas e desafios no desenvolvimento desses Programas.

Neste capítulo descreve-se o contexto de implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME na rede estadual de educação de Pernambuco, identificando-se os problemas no âmbito da SEE/PE e da GRE Metropolitana Norte, bem como de uma escola estadual de jurisdição da referida GRE.

Na primeira seção do capítulo apresenta-se o Programa Mais Educação quanto a sua estrutura e funcionamento, destacando-se o macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica dentre os macrocampos de conhecimento desenvolvidos pelo Programa e sua implementação nas escolas estaduais de Pernambuco e da GRE Metropolitana Norte. Na segunda seção, descreve-se o contexto da Escola Estadual Y e a implementação do macrocampo, apresentando a percepção dos responsáveis pelo acompanhamento do PME na SEE/PE e na GRE.

1.1 O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação

Nesta primeira seção, inicialmente é apresentada uma breve descrição do Programa Mais Educação (PME) enquanto programa de educação integral implantado pelo MEC em articulação com os estados da federação. Em seguida, é apresentado o contexto de implementação do PME em Pernambuco, com foco no macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. E, finalmente, situa-se o contexto da implementação desse macrocampo nas escolas estaduais do município de Paulista, município de jurisdição da GRE Metropolitana Norte, da qual faz parte a Escola Estadual Y, escolhida para a pesquisa, bem como a implementação desse macrocampo nesta escola.

1.1.1 Programa Mais Educação como indutor de uma política pública em Educação Integral

A implementação das tecnologias eletrônicas e digitais nas escolas tem se dado também por meio da implantação de políticas de Educação Integral. Diante disso, escolheu-se para o desenvolvimento dessa pesquisa, o Programa Mais Educação (PME), que é um programa indutor da Educação Integral e dentre os seus macrocampos de conhecimento inclui o de Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, no Art. 34, demarca a ampliação do período de permanência na escola, apontando o regime de tempo integral a ser ministrado progressivamente no Ensino Fundamental (BRASIL, 1996). Essa ampliação do tempo escolar anteriormente mencionada, se constitui numa prerrogativa para implantação e implementação de políticas e programas que corroborem com uma educação integral. Para tanto, é necessário apontar caminhos práticos para que essa lei seja efetivamente cumprida, uma vez que, de maneira geral, as escolas estão deficitárias quanto à ampliação do tempo pedagógico e à qualidade do ensino.

A implantação de políticas públicas em educação integral no Brasil busca oportunizar às crianças, adolescentes e jovens novas situações de aprendizagem a

fim de que esse público apresente melhores desempenhos escolares. Sendo assim, conforme a Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, art. 2º, Inciso II, o Programa Mais Educação (PME) dentre seus objetivos, visa:

[...] II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;[...] (BRASIL, 2007).

Tendo como prioridade a formação integral das crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades que devem estar articuladas ao projeto político pedagógico da escola, em jornada ampliada com acréscimo de 3 (três) horas na carga-horária diária do estudante, o Programa Mais Educação, portanto, constitui-se em uma ação intersetorial, da qual fazem parte o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União. Esta articulação entre os Ministérios para a implementação do PME, busca contribuir tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira (BRASIL, 2012a).

O PME foi instituído pelo MEC, no ano de 2008, por meio da Portaria Interministerial nº 17/2007 e do Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Conforme o artigo 2º, incisos I a VII do referido decreto, os princípios da educação integral, no âmbito do Programa Mais Educação são:

I - a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais citadas no § 2º do art. 1º; II - a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas; III - a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares; IV - a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade; V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial,

religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; e VII - a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral (BRASIL, 2010d).

Dessa maneira, o programa se insere na possibilidade de reorganizar o tempo e espaço escolares numa perspectiva multi e interdisciplinar.

Compreende-se que, conforme Vetorazzi (2011, p.7):

Criar uma escola de tempo integral não significa manter os alunos por dois períodos enclausurados em sala de aula, tendo acesso apenas a conteúdos didáticos. Ela deve ser pautada em uma proposta multi e interdisciplinar que ofereça ao indivíduo condições necessárias para seu completo desenvolvimento. [...] No currículo da Escola de Tempo Integral devem ser incluídas atividades diversificadas e dirigidas, realizadas em outros tipos de espaços de aprendizagem, além do ensino em sala de aula.

Nesse sentido, o Programa Mais Educação concebe que

a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2012a, p.3).

Para operacionalização do Programa, a Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola/Integral(PDDE)⁴, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabelece alguns critérios para a seleção das escolas. Até o ano de 2012, os critérios foram os seguintes: escolas contempladas com o PDDE/Integral nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011; escolas estaduais, municipais e/ou distritais que foram contempladas com o Programa de Desenvolvimento da Escola/PDE-Escola e com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo ou igual a 4,2 nas séries

⁴O Programa Dinheiro Direto na Escola/Integral – PDDE – “[...] engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica”. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

iniciais e/ou 3,8 nas séries finais; escolas localizadas nos territórios prioritários do Plano Brasil Sem Miséria; escolas com índice igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família; escolas que participam do Programa Escola Aberta; e, escolas do campo (BRASIL, 2012a).

Em 2013, os critérios foram redirecionados e diferenciados para as unidades escolares urbanas e as unidades escolares do campo. As escolas urbanas deveriam: ser escolas contempladas com PDE/Integral nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012; ter maior número de estudantes oriundos de famílias participantes do Programa Bolsa Família (índice igual ou superior a 50% dos estudantes); ter sido contempladas com o PDE/Escola e com IDEB menor ou igual a 3,5 nos anos iniciais e/ou finais do Ensino Fundamental, IDEB maior que 3,5 e menor que 4,6 nos anos iniciais, e IDEB menor que 3,9 nos anos finais, totalizando 23.833 novas escolas; ademais, estar localizadas em todos os municípios do país. A localização em todos os municípios do país parte do entendimento de que todos os municípios localizados em áreas urbanas tenham escolas desenvolvendo o PME, enquanto as escolas do campo deveriam estar localizadas em municípios com: 15% ou mais da população de “não alfabetizados”; 25% ou mais de pobreza rural, 30% da população “rural”; assentamento de 100 famílias ou mais; e, escolas quilombolas ou indígenas (BRASIL, 2013b).

Para receber recursos, as Entidades Executoras (EEx) e escolas devem cumprir prazos e procedimentos orientados pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC. Dessa forma, até 2013, depois de disponibilizada a lista de escolas pré-selecionadas pelo MEC, a Entidade Executora (EEx) confirmava a adesão ao Programa, por ofício, e nomeava um técnico da Secretaria de Educação para coordenar todo o processo de adesão das escolas, tramitação dos documentos no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) e confirmação do Plano Geral Consolidado. Também cabendo à EEx disponibilizar um Professor Comunitário em cada escola, com dedicação de no mínimo vinte horas, para acompanhamento pedagógico e administrativo do PME (BRASIL, 2013b, p.22).

A partir de maio de 2014, conforme novas orientações do MEC, as escolas devem fazer a adesão ao PME por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (PDDE Interativo) na internet. Foi instituído no âmbito federal pela portaria SEB/SECADI nº 71 de 29 de novembro de 2013, o Comitê Gestor do PDDE

Interativo, cuja composição consta de um representante de cada programa do PDDE Interativo (PDE Escola, Atleta na Escola, Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), Programa Mais Educação, Escolas do Campo, Escolas Sustentáveis e Água na Escola).

De acordo com o Manual do PDDE Interativo - 2014, a referida portaria pode servir de referência para que os estados e municípios reconfigurem os seus comitês dos diversos programas, formando um único comitê que deverá prestar assistência técnica diretamente às escolas. Assim, a partir do acesso do secretário de educação do estado ou município ao sistema, automaticamente via PAR (Plano de Ações Articuladas), ele designa e gerencia os cadastros dos integrantes do Comitê de Análise e Aprovação do PDDE Interativo de seu estado ou município. Uma vez cadastrados, os integrantes dos comitês farão o gerenciamento dos cadastros dos diretores das unidades escolares e acompanharão as atividades das escolas, além de verificar os perfis de “consulta” e “equipe de apoio” (BRASIL, 2014b). Depois de validados pelos comitês das Secretarias de Educação estaduais, distritais e municipais, os Planos de Atendimento das escolas devem ser enviados ao MEC para a avaliação.

Nos Planos de Atendimento devem constar os macrocampos escolhidos pelas escolas e suas respectivas atividades, número de alunos participantes e demais informações solicitadas. Depois de aprovados e finalizados pelo MEC, a Secretaria de Educação, juntamente com as equipes das Gerências Regionais, devem realizar o monitoramento das escolas.

As turmas formadas para as oficinas relativas às atividades dos macrocampos são compostas por até 30 estudantes e as escolas devem dispor de monitores para essas turmas, cuja função deve ser desempenhada, preferencialmente, por estudantes universitários, pessoas da comunidade com habilidades correlatas às atividades dos macrocampos, que serão desenvolvidas em oficinas, além de estudantes da EJA e do ensino médio (BRASIL, 2013b).

O Programa também prevê, além da coordenação estadual no âmbito da Secretaria de Educação, a necessidade de formação de comitês, no âmbito local (escolas) e territorial (municípios e Estado). Este último, constituído por cada secretaria de educação estadual, municipal e distrital, universidades e outros atores sociais e institucionais (BRASIL, 2013b).

1.1.2 Macrocampos do Programa Mais Educação (PME)

A Resolução nº 34, de 6 de setembro de 2013, do MEC, que normatiza a destinação de recursos financeiros às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal para a implementação da Educação Integral, considera a implementação do Programa Mais Educação com a ampliação da jornada escolar para o mínimo de sete horas diárias e utilização dos espaços escolares em atividades nas áreas de acompanhamento pedagógico; educação ambiental e desenvolvimento sustentável; esporte e lazer; educação em direitos humanos; cultura, artes e educação patrimonial; cultura digital; prevenção de doenças e promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica/economia criativa; agroecologia; iniciação científica e memória e história das comunidades tradicionais (BRASIL, 2013d).

Neste contexto, as atividades do PME são organizadas em macrocampos de conhecimentos e, até 2012, conforme o Manual Operacional de Educação Integral - 2012, o PME teve suas atividades organizadas em 10 macrocampos: 1- Acompanhamento Pedagógico; 2- Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; 3- Esporte e Lazer; 4- Educação em Direitos Humanos; 5- Cultura, Artes e Educação Patrimonial; 6- Cultura Digital; 7- Prevenção e Promoção da Saúde; 8- Comunicação e uso de Mídias; 9- Investigação no Campo das Ciências da Natureza e 10- Educação Econômica/Economia Criativa. Cada macrocampo é constituído de atividades e a escola realiza a escolha de três ou quatro macrocampos e opta por cinco ou seis atividades. Dentre as atividades escolhidas, pelo menos uma do macrocampo Acompanhamento Pedagógico deve ser inserida, considerando que a escola deve estabelecer relações com as atividades curriculares (BRASIL, 2013b).

Nessa perspectiva, a escolha dos macrocampos que definem os Planos de Atendimento das escolas, considera que

Os Planos de Atendimento deverão ser definidos de acordo com o projeto político pedagógico das unidades escolares e desenvolvidos, por meio de atividades, dentro e fora do ambiente escolar, ampliando tempo, espaço e oportunidades educativas, na perspectiva da educação integral do estudante (BRASIL, 2013b, p.22).

Em 2013, para garantia da efetividade do Programa, o MEC redirecionou a quantidade de macrocampos para as escolas rurais e urbanas. O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias e o macrocampo Cultura Digital foi agregado a um só macrocampo denominado Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica (BRASIL, 2013b).

O Quadro 1 mostra o elenco de macrocampos e sua distribuição conforme localização geográfica das escolas (zona rural e zona urbana).

Quadro 1: Tipos de macrocampo por localização geográfica das escolas em 2013

Macrocampos das escolas rurais	Macrocampos das escolas urbanas que participaram do PME em 2012	Macrocampos das escolas urbanas incluídas no PME em 2013
1-Acompanhamento Pedagógico	1-Acompanhamento Pedagógico (orientação de estudos e leitura)	1-Acompanhamento Pedagógico
2- Agroecologia	2- Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica	2-Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica
3- Iniciação Científica	3- Esportes e Lazer	3- Esportes e Lazer
4- Educação em Direitos Humanos	4- Educação em Direitos Humanos	4- Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.
5- Cultura, Artes e Educação Patrimonial	5- Cultura, Artes e Educação Patrimonial	5- Cultura, Artes e Educação Patrimonial
6- Esporte e Lazer	6- Promoção da Saúde	-
7- Memória e História das Comunidades Tradicionais	7- Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.	-

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Observa-se que o macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica encontra-se no elenco dos macrocampos apenas das escolas urbanas. As razões para essa determinação não estão explicitadas nos Manuais Operacionais de Educação Integral que orientam o Programa, desde que este foi instituído.

Conforme a publicação **Panorama da Educação do Campo**, em 2005, no Brasil, dos 15.764 estabelecimentos de Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), nas áreas rurais, apenas 4,2% estavam equipados com microcomputadores, enquanto nas áreas urbanas, dos 41.952 estabelecimentos do mesmo nível de ensino, 75,9% estavam equipados (INEP, 2007). Diante desse contexto, infere-se que a precariedade de infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo pode ser

uma razão que justifique a orientação da inclusão do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica apenas em escolas urbanas.

1.1.3 O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica

O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, ao longo dos anos de implementação do PME, passou por algumas modificações em sua nomenclatura. Nos anos de 2008 e 2009, ele era configurado em dois macrocampos: Educomunicação, cujas atividades compreendiam Jornal Escolar, Rádio Escolar, Histórias em Quadrinhos e Mídias Alternativas; e Inclusão Digital com as atividades de Software Educacional e Informática e Tecnologia da Informação.

De acordo com o Manual Operacional de Educação Integral - 2012, de 2010 a 2012, os macrocampos passaram a ser denominados Cultura Digital e Comunicação e uso de Mídias, e possuíam as seguintes ementas:

Cultura Digital: Utilização do microcomputador e de redes nas atividades educativas. Fornecimento de conceitos básicos de informática, fomentando a inteligência geral, livre e colaborativa oferecida pela rede mundial de computadores.

Comunicação e uso de Mídias: Criação de “ecossistemas comunicativos” nos espaços educativos, que fomentem práticas de socialização e convivência, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação (BRASIL, 2012a, p.19-20).

Esses macrocampos eram compostos, respectivamente, pelas seguintes atividades: **Cultura Digital** (Ambiente de Redes Sociais e Tecnologias Educacionais) e **Comunicação e uso de Mídias** (Fotografia; Histórias em Quadrinhos; Jornal Escolar; Rádio Escolar; Vídeo; Tecnologias Educacionais). Dessa forma, as escolas, ao escolherem um desses macrocampos, selecionavam também uma das atividades do macrocampo escolhido.

Em 2010, o MEC lança a série **Cadernos Pedagógicos do Programa Mais Educação**, composta por onze cadernos relativos às temáticas dos macrocampos do Programa, dentre os quais se encontram os de Cultura Digital e o de Comunicação e Uso de Mídias, com o objetivo de :

[...] contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento da organização didático-metodológica das atividades voltadas para a jornada escolar integral. Essa ideia ainda é reforçada pela reflexão

sobre o modo como o desenvolvimento dessas atividades pode dialogar com as áreas de conhecimento presentes na LDB (Lei 9394/96) e a organização escolar visualizando a cidade e a comunidade como locais potencialmente educadores (BRASIL, 2010b, p.6).

O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, em sua concepção é compreendido como:

[...] o conjunto de processos que promovem a formação de cidadãos participativos política e socialmente, que interajam na sociedade da informação, na condição de emissores e, não apenas, consumidores de mensagens, garantindo assim seu Direito à Comunicação (BRASIL, 2010b, p.17).

A comunicação e o uso de mídias na escola são apresentados no PME com fundamentos na educomunicação,

[...] uma proposta interdisciplinar que articula dois campos de saberes – educação e comunicação – como resposta aos desafios da mediação. Nas suas diversas vertentes – educação para a comunicação (produção de mídias escolar), mídia educação (formação para a recepção crítica da mídia), dentre outras – a educomunicação tem como ponto fundamental a participação ativa de professores e alunos na chamada sociedade da informação (BRASIL, 2010b, p.10).

O macrocampo Cultura Digital é concebido como um campo de conhecimento no qual a escola integral é pensada nas suas múltiplas formas de ser e habitar a contemporaneidade, problematizando:

formas de pensar as comunidades hoje, na relação de todos para todos, considerando o compartilhamento de experiências, se expandindo do mais próximo e enraizado para o mais distante e virtual (BRASIL, 2010c, p.7).

Nesse sentido, encontrar novos tempos e espaços para a formação integral de cada cidadão envolve o “contexto das redes sociais, da internet, do livro eletrônico, do compartilhamento do conhecimento” (BRASIL, 2010c, p.8).

Em 2013, o macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica apresentou as atividades de Ambiente de Redes Sociais, Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Jornal Escolar, Rádio Escolar, Vídeo, Tecnologias

Educacionais e Robótica Educacional. Essas atividades devem estar relacionadas às temáticas de Educação em Direitos Humanos, Promoção da Saúde, Cultura de Paz e Ética e Cidadania, em consonância com as informações disponibilizadas pelo MEC no SIMEC e no Ofício Circular nº 68 - DICEI/SEB/MEC, de 13 de dezembro de 2012, encaminhado pelo MEC às Secretarias de Educação Estaduais, com orientações sobre o preenchimento dos Planos de Atendimento, bem como no Manual Operacional de Educação Integral – 2013.

1.1.4 O Programa Mais Educação (PME) em Pernambuco

Em Pernambuco, o Programa Mais Educação foi implantado em 2008, coordenado pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE), através da Gerência de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (GEIF), e contou com a adesão de 98 escolas estaduais, de acordo com os seguintes critérios do MEC: Assinatura do Compromisso Todos pela Educação; Regularidade junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, conforme Resolução CD/FNDE/nº 13, de 28/04/2008, e escolas estaduais ou municipais com mais de 200 mil habitantes, com baixo IDEB e com mais de 99 matrículas registradas no Censo Escolar 2007 – INEP. Essas escolas situavam-se em quatro municípios, sendo 08 escolas no município de Jaboatão dos Guararapes, 20 escolas no município de Olinda, 09 escolas no município de Paulista e 61 escolas do município de Recife. Nesse ano, o PME teve 76.244 alunos participantes.

Em 2009, conforme o Relatório Currículo do Ensino Fundamental em Movimento 2007 - 2010, da Secretaria de Educação de Pernambuco/ SEDE/ GEIF, para a adesão das 198 escolas, contando com 50.528 estudantes, além dos critérios de 2008, foram acrescentados:

- Regularidade junto ao programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, conforme resolução CD/FNDE/nº04 de 17/03/2009;
- Unidades escolares onde foi iniciado o Programa em 2008;
- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas nas cidades de regiões metropolitanas ou no entorno das capitais com mais de 100 mil habitantes, com IDEB, apurado em 2007, baixo em relação à média do município e com mais de 99 matrículas no Censo Escolar 2008;

- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas em municípios com mais de 50 mil habitantes em estados de pouca densidade populacional que atuarão como pólos locais;
- Unidades escolares estaduais e municipais localizadas em municípios atendidos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça (PERNAMBUCO, 2010, p.18).

Em 2010, a adesão foi de 267 escolas estaduais com 79.503 estudantes beneficiados. Em 2011, 365 escolas aderiram, beneficiando 84.699 estudantes e, em 2012, foram 494 escolas com 96.946 estudantes beneficiados no Programa.

O PME está presente nas escolas das 17 Gerências Regionais de Educação (GRE) de Pernambuco. A Tabela 1 demonstra o quantitativo de escolas e municípios que aderiram ao PME, no ano de 2012, por GRE, conforme confirmação do Plano Geral Consolidado - 2012 efetuada pela Secretaria de Educação no SIMEC.

Tabela 1: Quantitativo de escolas e municípios por GRE que aderiram ao PME em 2012

Gerência Regional de Educação – GRE	ESCOLAS – 2012	MUNICIPIOS
Recife Norte	41	02
Recife Sul	61	01
Metropolitano Sul	64	06
Metropolitano Norte	82	07
Sertão do Alto Pajeú – Afogados da Ingazeira	12	07
Sertão do Araripe – Araripina	13	07
Sertão do Moxotó – Arcoverde	22	08
Litoral Sul – Barreiros	08	06
Agreste Centro Norte- Caruaru	38	12
Sertão do Submédio São Francisco- Floresta	08	04
Agreste Meridional – Garanhuns	16	06
Vale do Capibaribe – Limoeiro	15	10
Mata Norte – Nazaré da Mata	24	10
Mata Sul – Palmares	11	05
Sertão do Médio São Francisco – Petrolina	43	05
Sertão Central - Salgueiro	13	07
Mata Centro- Vitória de Santo Antão	23	09
Total	494	112

Fonte: Adaptada pela autora, a partir dos dados da SEE/PE (2012).

No âmbito da Secretaria de Educação Estadual há uma coordenação que tem por finalidade orientar e acompanhar a implementação e desenvolver formação para gestores e técnicos que acompanham a execução do programa nas escolas. As Gerências Regionais de Educação (GRES) dispõem de alguns técnicos, cuja função também é o acompanhamento junto às escolas de sua jurisdição.

O Estado de Pernambuco dispõe do Comitê de Políticas Públicas Educacionais de Pernambuco, que é uma articulação intersetorial composta pela

coordenação do PME da Secretaria de Educação Estadual, pelas coordenações das Secretarias de Educação dos 185 municípios pernambucanos, pela coordenação do Programa Bolsa Família da Secretaria de Desenvolvimento Social, e por representantes da Controladoria Geral da União, da Fundação Joaquim Nabuco, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO).

Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas em duas etapas distintas. Na etapa preliminar e exploratória da pesquisa, realizada nos meses de junho e julho de 2013, contou-se com dois entrevistados da equipe de coordenação do programa na Secretaria de Educação e três entrevistados da equipe técnico-pedagógica da GRE Metropolitana Norte, totalizando cinco entrevistas nesta etapa. Na segunda etapa da pesquisa, nos meses de outubro e novembro de 2013, e, março e abril de 2014, foram realizadas as entrevistas, também semi-estruturadas, mais uma vez com a coordenação do PME da Secretaria de Educação (dois entrevistados), com a equipe da GRE Metropolitana Norte (quatro entrevistados) e com a gestão, equipe técnico-pedagógica e monitores dos macrocampos relativos ao uso de mídias e cultura digital da escola campo da pesquisa (dez entrevistados), totalizando nesta segunda etapa, dezesseis entrevistados. Dessa forma, foi possível identificar alguns problemas na implementação do PME, dentre os quais se destaca a precariedade do monitoramento às escolas.

Foi referida, pela coordenação do PME da SEE/PE, a insuficiência de recursos humanos para a realização do monitoramento, conforme declaração abaixo:

[...] Nós somos uma equipe de três na Secretaria. Nas dezessete regionais, nós temos aí em torno de quatro a cinco pessoas em cada regional, mas, considerando as dimensões do Estado, e, até que as informações cheguem ... e, enquanto coordenação, pra acompanhar todo esse universo de escolas, tem sido uma dificuldade muito grande... (Coord.SEE/PE⁵, entrevista cedida no dia 08 de julho de 2013).

Ainda segundo informação da coordenação do Programa na Secretaria de Educação, em entrevista cedida em 17 de outubro de 2013, no ano de 2013, foi

⁵ Coord.SEE/PE= Coordenação na Secretaria de Educação

autorizada a contratação de 113 professores com perfil pedagógico, para estarem lotados em algumas escolas, das 17 GREs.

Um técnico da GRE Metropolitana Norte também referiu a mesma dificuldade no âmbito da Regional na implementação do PME:

Dificuldades, também, eu acho que na questão de técnicos na regional [...] devido a grande quantidade de escolas também que a gente atende, e, cada vez mais, foi aumentando, hoje o atendimento é quase a totalidade das escolas da Regional [...] Então, a gente sempre teve essa dificuldade também desse apoio técnico, lá na Regional (Tec.1 GRE ⁶, entrevista cedida no dia 17 de junho de 2013).

Outra dificuldade identificada na implementação do PME foi a atuação do professor comunitário ou coordenador do PME nas escolas. Conforme o Manual Operacional de Educação Integral - 2013:

Cabe à Secretaria Estadual, Municipal ou Distrital de Educação disponibilizar um professor vinculado à escola, com dedicação de no mínimo vinte horas, preferencialmente quarenta, denominado "Professor Comunitário". Este é responsável pelo acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa e seus custos referem-se à contrapartida oferecida pela Entidade Executora (EEEx) (BRASIL, 2013b, p.22).

Segundo os entrevistados, o professor comunitário existe na escola por orientação do MEC, mas a sua atuação é muito deficitária. A SEE/PE não tem cumprido com a contrapartida dos custos com esse profissional, comprometendo, dessa forma, o acompanhamento do Programa na escola, como se pode observar pelo depoimento de um dos técnicos da GRE Metropolitana Norte, ao referir-se ao Professor Comunitário na escola:

No Estado é apenas uma **figura** (grifo meu) que configura o quadro do programa, mas ela não recebe para. Então, o que acontece? É um secretário que vai poder fazer um trabalho de coordenação, é um adjunto, é um bibliotecário, é um professor readaptado que tem as suas próprias demandas, e, que não vai ser exclusivo para o programa. [...] não tem como ele se dedicar [...] (Tec.3 GRE ⁷, entrevista cedida em 18 de junho de 2013).

⁶ Tec.1 GRE = Técnico 1 da Gerência Regional de Educação

⁷ Tec.3 GRE = Técnico 3 da Gerência Regional de Educação

Na configuração dos recursos humanos para implementação do Programa na escola é previsto o trabalho de monitoria que pode ser exercido por estudantes universitários nas diversas áreas de conhecimentos correlatas às atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, além de estudantes da EJA e estudantes do Ensino Médio (BRASIL, 2013b).

Foi relatado pelos entrevistados o desestímulo dos monitores por motivo da remuneração, considerada baixa e falta de qualificação destes. Muito embora esse depoimento revele uma avaliação quanto à estrutura do Programa, a orientação, conforme a Resolução MEC/FNDE nº 34 de 6 de setembro de 2013, prevê no seu Art. 4º, § 3º que as atividades desempenhadas pelos monitores são consideradas de natureza voluntária.

[...] Outra questão também é o ressarcimento do valor que é pago ao monitor, que é pouco atrativo, isso tem gerado um transtorno muito grande na execução do programa, falta de pessoas qualificadas para desenvolver as ações. Quer dizer, você passar quinze horas semanais pra receber trezentos reais, é um valor irrisório pra realidade que eles enfrentam hoje (Coord.SEE/PE, entrevista cedida no dia 08 de julho de 2013).

Diante do exposto, observa-se que a implementação do Programa no estado necessita de maior suporte, tanto no que se refere à formação de profissionais quanto ao seu monitoramento, para o alcance de melhores resultados, sobretudo porque Pernambuco vem ano a ano aumentando o número de escolas de ensino fundamental com o PME, em atendimento à estratégia do MEC de ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da consolidação de uma política de Educação Integral.

1.1.5 A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica nas escolas estaduais de Pernambuco

No ano de 2008, em que o estado fez a adesão ao PME, assim como nos anos posteriores, a SEE/PE não fez nenhuma pesquisa para investigar as condições das escolas em relação à infraestrutura para implementação das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. Não se encontram nos relatórios da SEE/PE dados sobre as condições de infraestrutura das

escolas e recursos humanos, apenas referências de que as condições são precárias. Essas referências constam no Relatório Ações Executadas em 2013 - Programa Mais Educação, elaborado pela Equipe Técnica PME – GEIF da SEE/PE, no item relativo aos pontos fracos que interferem na qualidade da execução do Programa:

- Precariedade na infraestrutura de algumas escolas falta de espaço, com implicações diretas na qualidade do atendimento;
- Não atendimento da contrapartida do Estado em atender em 100% com coordenador do programa na escola (educador comunitário);
- Dificuldades no processo de seleção de monitores e rotatividade dos mesmos, em virtudes dos valores pagos com recursos do PME (PERNAMBUCO, 2013c).

A coordenação do PME, na SEE/PE, quando questionada sobre dificuldades de implementação do macrocampo fez referência sobre a precariedade de infraestrutura das escolas e de recursos humanos:

As dificuldades são estruturais, considerando que o Programa acontece nas escolas do Ensino Fundamental. E assim, não é um problema de governo, é um problema histórico das nossas escolas do Ensino Fundamental, elas têm uma estrutura precária, pouco espaço. Então, essa seria uma das dificuldades. Outra dificuldade é de recursos humanos (Coord.SEE/PE, entrevista cedida no dia 18 de outubro de 2013).

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, apenas orientações gerais foram dadas pela SEE/PE às GREs para os devidos procedimentos de adesão junto às escolas pré-selecionadas pelo MEC e não houve tempo hábil para que a SEE/PE verificasse junto às GREs as condições de infraestrutura e recursos humanos das escolas. O depoimento da chefe da Unidade de Ensino Fundamental, onde o Programa é coordenado na SEE/PE, referindo-se à GRE Metropolitana Norte, uma das gerências que aderiu ao Programa em 2008, descreve como se deu a adesão:

[...] chegaram pra gente algumas informações do MEC, já próximo do término da adesão. Então, a Secretaria de Educação teve que correr bastante, contatou com a Gerência Regional de Educação, com um técnico da Gerência Regional. [...] o tempo foi muito curto [...] muito limitado e a gente teve que correr bastante e ficar final de semana ou feriado em casa, no computador trabalhando com as escolas e fazendo, ajudando a ele a fazer o cadastramento. [...] à época, em 2008, nós não tínhamos, aliás, nós só tínhamos apenas um técnico da Gerência Regional e ele não era exclusivo do programa [...] hoje

vai ser bem mais fácil a gente ter esse diagnóstico, porque vão ter pessoas que vão estar mais próximas acompanhando (Chefe Unidade EF da SEE/PE⁸, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

Conforme a Resolução nº 34, de 6 de setembro de 2013, do MEC, o Plano de Atendimento Geral Consolidado do PME - 2012, disponibilizado no SIMEC, é um demonstrativo das escolas integrantes no Programa para que sejam contempladas com recursos destinados às atividades de educação integral (BRASIL, 2013d).

A Tabela 2 mostra o quantitativo de escolas que fez adesão ao macrocampo Cultura Digital e/ou ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias. Ressalta-se que a adesão das escolas aos referidos macrocampos, foi o critério considerado para a apresentação dos dados coletados no SIMEC, uma vez que a implementação propriamente dita é condicionada a vários fatores como o recebimento dos recursos financeiros pela escola e por sua organização para o desenvolvimento das atividades do Programa.

Tabela 2: Quantitativo de escolas em Pernambuco, conforme adesão às atividades do macrocampo Cultura Digital e/ou do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias em 2012

Escolas Estaduais de Pernambuco que aderiram ao PME	Total de municípios	Escolas que fizeram adesão às atividades do macrocampo Cultura Digital e/ou do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias
494	112	239

Fonte: Elaborada pela autora (2013), a partir de dados do SIMEC.

Apesar do SIMEC não possuir filtros que possibilitem a identificação de grupos de escolas que fizeram escolha por determinado macrocampo, a partir de contagem manual e identificação por escola, foi possível verificar no Plano Geral Consolidado de 2012, conforme a Tabela 2 demonstra, que aproximadamente 50% das escolas estaduais em Pernambuco que fizeram adesão ao PME, escolheram atividades do macrocampo Cultura Digital e/ou do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias. No entanto, as informações que as equipes da SEE/PE e GRE dispõem sobre as condições de infraestrutura física e de recursos humanos das escolas para a implementação das atividades escolhidas são insuficientes e limitadas ao relatório

⁸ Chefe Unidade EF da SEE/PE = Chefe da Unidade de Ensino Fundamental da SEE/PE

do SIMEC, dificultando uma melhor avaliação da implementação do programa no estado.

O depoimento a seguir denota a dificuldade das escolas quanto à adesão ao PME, em 2008, pois a SEE/PE não dispunha de um diagnóstico preciso das escolas quanto às suas reais condições para implementação das atividades do PME:

Em 2008, as escolas foram contatadas e foram informadas que teria que existir esse programa e a maioria se interessou. Outras com algumas dificuldades não aderiram por questões de espaço físico, de infraestrutura, não comportavam o quantitativo de alunos, então, elas enviaram um ofício para a Secretaria de Educação informando que não tinham esse espaço físico e nem tinham parceiros. Esses parceiros poderiam, por exemplo, ser um centro social, igrejas, quartéis, e as atividades serem realizadas nesses espaços físicos. (Chefe Unidade EF da SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

Segundo os entrevistados, o monitoramento da implementação do macrocampo nas escolas é feito, em maior, medida apenas por meio do SIMEC, devido a algumas dificuldades de ordem estrutural e de monitoramento, conforme se constata no relato da coordenação do Programa na SEE/PE, a seguir:

Só pela informação que está lá no plano de atividade da escola, mas digamos assim, de ter ido à escola, de saber como é que ela está adequando seus espaços, desenvolvendo essas ações, quais resultados estão sendo produzidos a partir dessas atividades, [...] não temos esse acompanhamento escola por escola. E, também, a gente não tem exigido, mesmo que a gente diga que a escola tem que ter isso, quando a gente faz a formação com o gestor. Ela tem que ter um arquivo com as atividades que realiza, com os monitores que realizam, com os resultados, fazer socialização, exposição de trabalhos, mas a gente não tem isso no acervo da Secretaria de Educação (Coord.SEE/PE, entrevista cedida no dia 08 de julho de 2013).

Outro depoimento que demonstra essa dificuldade foi dado por um dos técnicos que integra a equipe de coordenação do Programa na GRE Metropolitana Norte:

O material que nós temos pra acompanhar é no SIMEC, os planos de atividade. Estão todos os planos de atividades, desde 2008. [...] Tem lá no plano de atendimento. [...] então, mostra o macrocampo de comunicação e uso de mídias (TEC.GRE 1, entrevista cedida em 17 de junho de 2013).

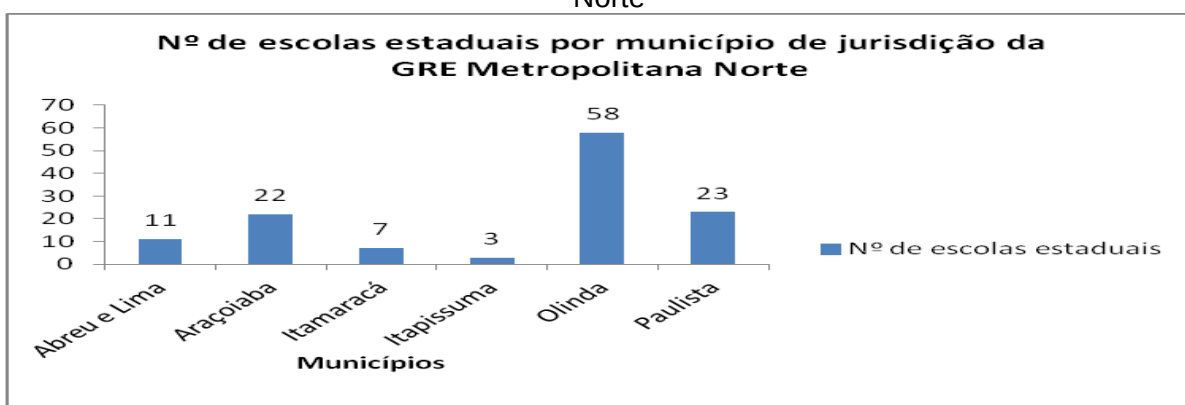
Assim, é notória a necessidade de investimento nas ações de monitoramento para melhor intervenção junto às escolas e consequente qualificação da implementação do macrocampo.

1.1.6 A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica nas escolas estaduais da Gerência Regional de Educação (GRE) Metropolitana Norte

A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, em 2008, ano de implantação do PME no estado, dentre as escolas pré-selecionadas pelo MEC, contou com a adesão de escolas dos municípios do Recife e região metropolitana. Portanto, quatro Gerências Regionais de Educação (GRES) de Pernambuco foram as primeiras a implantar o PME no estado, em 2008: GRE Recife Norte, GRE Recife Sul, GRE Metropolitana Norte e GRE Metropolitana Sul.

A GRE Metropolitana Norte contou com a adesão de dois municípios: Olinda e Paulista. Das 109 escolas estaduais sob a jurisdição da GRE Metropolitana Norte, 58 escolas estão no município de Olinda e 23 escolas estão no município de Paulista, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de escolas estaduais por município de jurisdição da GRE Metropolitana Norte



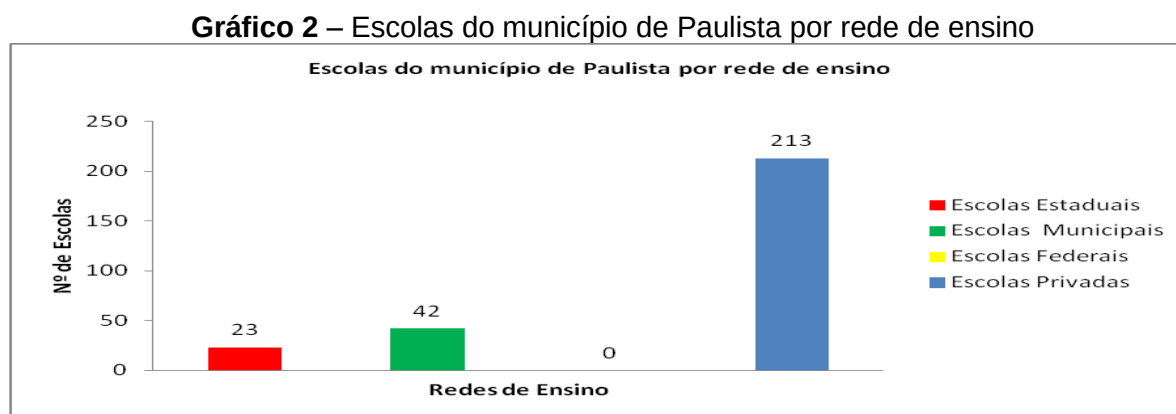
Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados da Intranet da SEE/PE – Portal de Informações Educacionais e do QEdu – Censo 2013.

Das 58 escolas estaduais do município de Olinda, 20 escolas fizeram adesão ao PME, em 2008, e, das 23 escolas do município de Paulista, 09 escolas fizeram adesão ao Programa, conforme dados do SIMEC.

Considerando que a escola dessa pesquisa localiza-se no município de Paulista, apresenta-se a seguir o contexto desse município em relação à implementação do PME e do macrocampo de Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

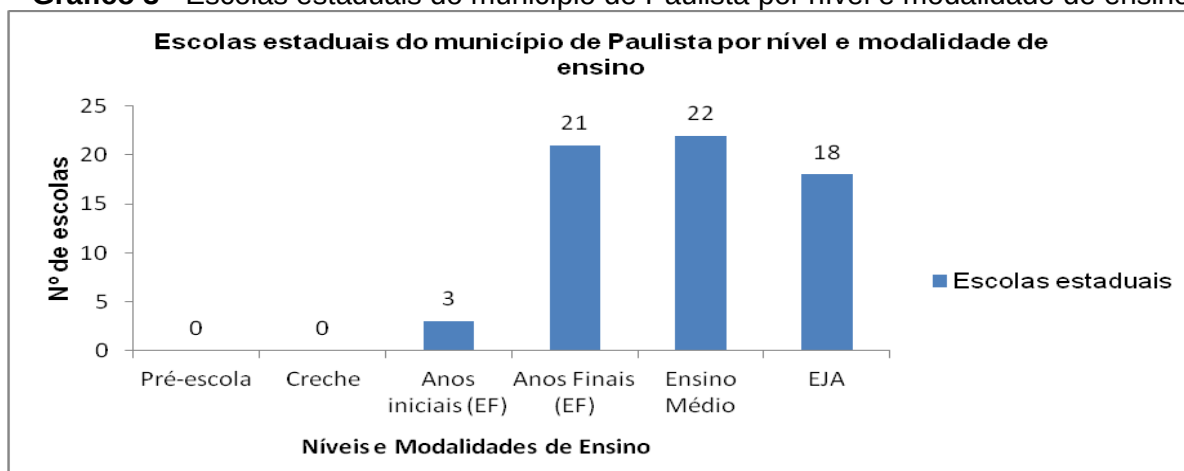
Localizado a cerca de 17 quilômetros do Recife, ao norte da região metropolitana, o município de Paulista tem uma população de aproximadamente 316.719 habitantes e ocupa uma área de 93,52 km², conforme censo de 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Está dividido em 4 Regiões Políticas Administrativas (RPAs). A RPA 3 é composta pelos bairros de Maranguape I, Maranguape II, Jardim Maranguape, Frágoso, Engenho Maranguape e Jaguarana, estando a escola da pesquisa localizada no bairro de Maranguape II. Esse bairro apresenta uma predominância de conjuntos habitacionais e tem como principal atividade econômica o comércio formal, informal e a prestação de serviços.

Conforme o Censo Escolar 2013, o município de Paulista possui 278 escolas. O Gráfico 2 mostra a distribuição das escolas por rede de ensino, em todos os níveis e modalidades de ensino.



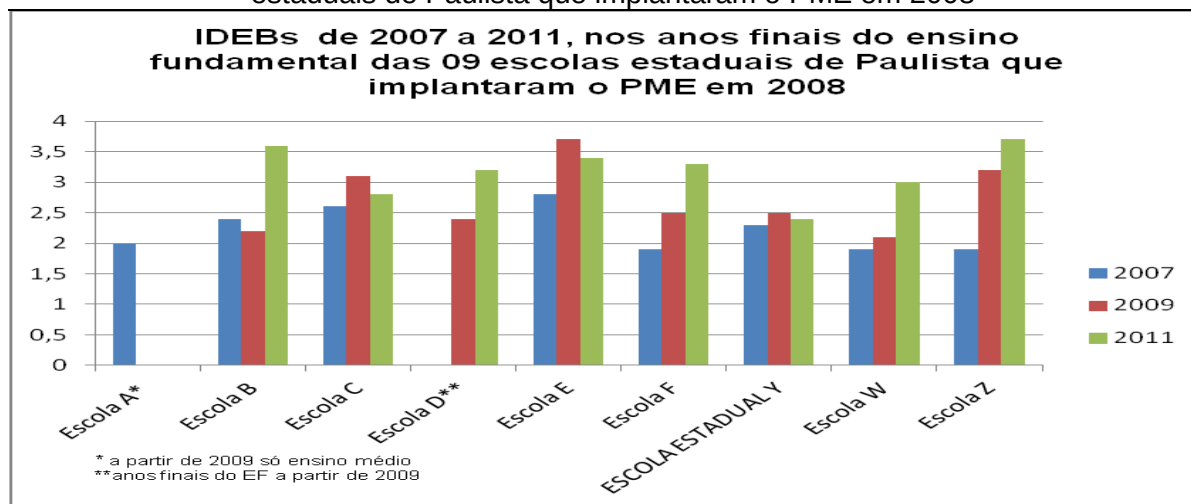
Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados do QEdU – Censo Escolar 2013.

Das 23 escolas estaduais do município de Paulista, 3 têm o ensino fundamental - anos iniciais, e 21 escolas têm o ensino fundamental – anos finais, nos quais é desenvolvido o PME. O Gráfico 3 demonstra o quantitativo de escolas de Paulista por níveis de ensino, de acordo com o Censo Escolar 2013, observando-se que uma mesma escola pode apresentar mais de um nível de ensino.

Gráfico 3 - Escolas estaduais do município de Paulista por nível e modalidade de ensino

Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados do QEdú – Censo Escolar 2013.

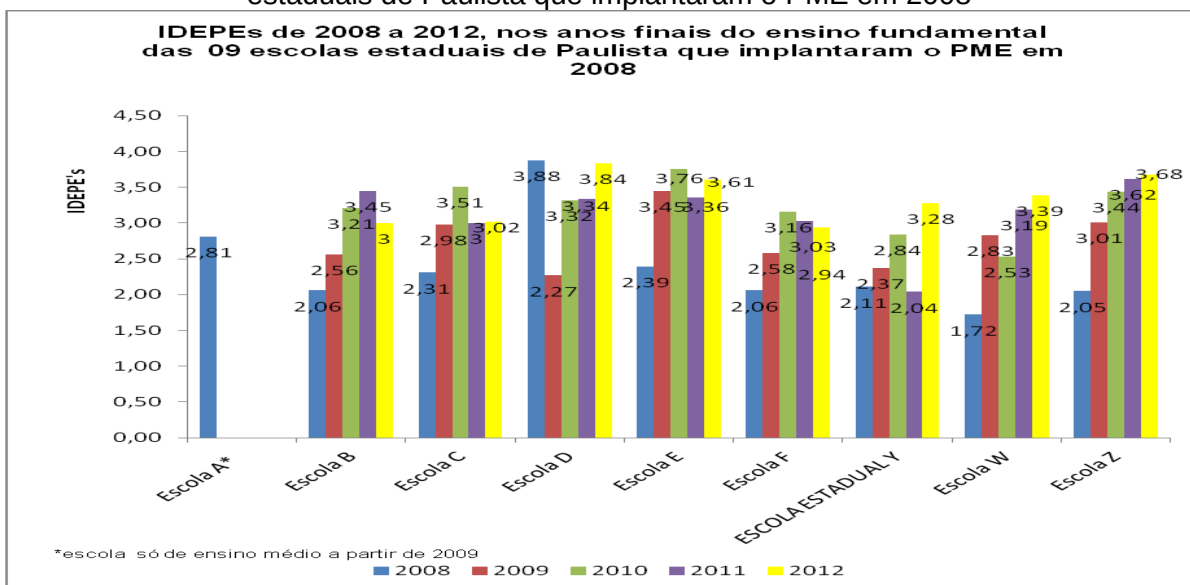
Dentre as 21 escolas estaduais com ensino fundamental nos anos finais, conforme o Gráfico 3, as 09 escolas estaduais que implantaram o PME em 2008 possuíam IDEB inferior a 3,8 nos anos finais do Ensino Fundamental no ano de 2007, mas esse índice apresentou sensível crescimento nos anos posteriores, conforme se pode observar no Gráfico 4.

Gráfico 4 – IDEBs de 2007 a 2011, nos anos finais do ensino fundamental das 09 escolas estaduais de Paulista que implantaram o PME em 2008

Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados do MEC/INEP.

Pode-se observar um crescimento também no Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEP) das 09 escolas que aderiram ao PME nos anos de 2008 a 2012, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 – IDEPES de 2008 a 2012, nos anos finais do ensino fundamental, das 09 escolas estaduais de Paulista que implantaram o PME em 2008



Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados da Intranet da SEE/PE - Portal de Informações Educacionais.

De acordo com o Gráfico 5, todas as escolas apresentavam IDEPE abaixo de 3,0 e com a implantação do PME, em 2008, é possível verificar que, salvo em algumas escolas, o índice foi aumentando ano a ano.

Ressalta-se que, diante dos resultados do IDEB e IDEPE apresentados nessa pesquisa, não se pretendeu analisar a relação da melhoria desses resultados nas escolas que implantaram o PME no município de Paulista e que fizeram a adesão ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, mas apenas apresentar um diagnóstico, já que um dos critérios para adesão das escolas ao PME é que, de acordo com as orientações constantes no Manual Operacional de Educação Integral - 2013, nos anos finais do Ensino Fundamental, o IDEB das escolas seja menor que 3,9. Assim, observou-se que as escolas encontravam-se dentro desse critério e, em algumas escolas, nos anos posteriores à implantação do Programa, houve considerável crescimento.

Portanto, para verificar a relação dessa melhoria nos resultados do IDEB e IDEPE seria necessária uma pesquisa orientada para tal fim. Um dos depoimentos da coordenação do PME na SEE/PE, quando questionada sobre a possível relação entre os avanços de aprendizagem dos alunos e as atividades do Programa, demonstra a falta de dados mais específicos sobre o tema:

O problema é que nós não temos, por exemplo, no âmbito da Secretaria e nem da Regional, ainda, dados que nos apontem quais são os impactos pedagógicos, do ponto de vista de aprendizagem. A gente escuta, assim, os depoimentos dos gestores, dos estudantes que participam do Programa, como algo bastante significativo. Mas, assim, concretamente, a Secretaria não tem instrumento, ainda, que assegure, que diga, que avanços, que melhorias. Em tese a gente diria que sim, mas concretamente, a gente não tem dados estatísticos. (Coord. SEE/PE, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

As escolas preencheram o Plano de Atendimento no SIMEC, escolhendo os macrocampos. De acordo com a Tabela 3, pode-se observar ao longo do período de 2008 a 2013, o quantitativo de escolas da GRE Metropolitana Norte e do município de Paulista que aderiram ao PME e aos macrocampos relativos ao uso das tecnologias eletrônicas e digitais.

Tabela 3: Quantitativo de escolas que aderiram ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na GRE Metropolitana Norte e no município de Paulista, nos anos de 2008 a 2013

Ano	Escolas estaduais da GRE Metropolitana Norte	Escolas estaduais do município de Paulista	Escolas que aderiram ao macrocampo
2008	30	09	03
2009	66	21	13
2010	63	14	07
2011	76	17	06
2012	82	19	07
2013	91	19	13

Fonte: Elaborada pela autora (2013), a partir de dados do SIMEC.

Um dado interessante a ser destacado é que, das 19 escolas do município de Paulista que desenvolvem o PME, apenas uma escola é nova no Programa, pois substituiu uma escola que não participou, em 2013. E, dentre as escolas participantes, em 2012, 07 escolas passaram a aderir ao macrocampo, perfazendo o total de 13 escolas, em 2013. E das 07 escolas anteriores apenas uma não fez adesão, em 2013.

Outro dado observado é que menos de 50% das escolas da GRE Metropolitana Norte que aderiram ao PME, em 2013, informaram turmas do PME no Censo Escolar 2013, ou seja, apenas 44 escolas das 91 que aderiram ao PME. E, das 19 escolas do município de Paulista que aderiram ao PME, em 2013, apenas 11 informaram turmas no Censo Escolar 2013. Segundo informações da SEE/PE, os

dados do PME informados no Censo Escolar servem também de base para a distribuição de merenda suplementar às escolas do programa. Portanto, havendo falta de informações ou divergência de dados, podem ocorrer problemas operacionais de execução do Programa nas escolas.

Uma das condições observadas pela SEE/PE, na implantação do PME, em 2008, foi que as escolas que aderiram aos macrocampos relativos ao uso de mídias e cultura digital tinham laboratório de informática do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): Isso foi relatado pela chefe da Unidade de Ensino Fundamental da SEE/PE:

As escolas que aderiram a esse macrocampo e a essas atividades, foram escolas onde já existia o laboratório de informática. Só aderiram aquelas escolas que tinham o laboratório do programa ProInfo (Chefe de Unidade EF da SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

Conforme dados do Censo Escolar 2013, no Portal do QEdu, 100% das escolas estaduais do município de Paulista possuem laboratório de informática e 75% (18 escolas) possuem internet banda larga. No entanto, além das escolas possuírem laboratório de informática, conforme depoimentos dos entrevistados das coordenações e equipes técnico-pedagógicas que atuam no âmbito da SEE/PE e da GRE Metropolitana Norte no acompanhamento ao PME, as razões pelas quais as escolas fizeram a escolha por esse macrocampo são desconhecidas por eles.

1.2 A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação na Escola Estadual Y – Paulista/PE

Nesta seção do presente trabalho, considerou-se o contexto da escola pesquisada e as dificuldades identificadas na implementação das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. Desse modo, apresenta-se: uma breve descrição do contexto da Escola Estadual Y; quais atividades dos macrocampos relativos ao uso de tecnologias eletrônicas e digitais foram aderidas pela escola e como se deu a implementação dessas atividades; e, o

papel e percepção dos atores envolvidos, compreendendo os problemas na implementação das atividades do macrocampo.

1.2.1 O Contexto da Escola Estadual Y

Para a realização desta pesquisa foi escolhida uma escola do município de Paulista que aderiu ao PME desde 2008. Diferentemente das demais escolas estaduais do município de Paulista, a Escola Estadual Y foi a escola que fez a adesão às atividades do macrocampo relacionado ao uso de tecnologias eletrônicas e digitais em todos os anos do período de 2008 a 2012, e, em 2013, aderiu ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME. Esse foi um critério determinante para a escolha dessa escola dentre as demais escolas do município de Paulista.

Conforme dados coletados no Portal QEdu, considerando o Nível Socioeconômico (NSE), que relaciona-se à renda, ocupação e escolaridade da comunidade escolar, o índice da escola é 4,7, correspondente ao nível médio-baixo.

A escola localiza-se no município de Paulista, geograficamente mais próximo da Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte. Ademais, esse município foi um dos primeiros municípios que fez adesão ao PME desde 2008.

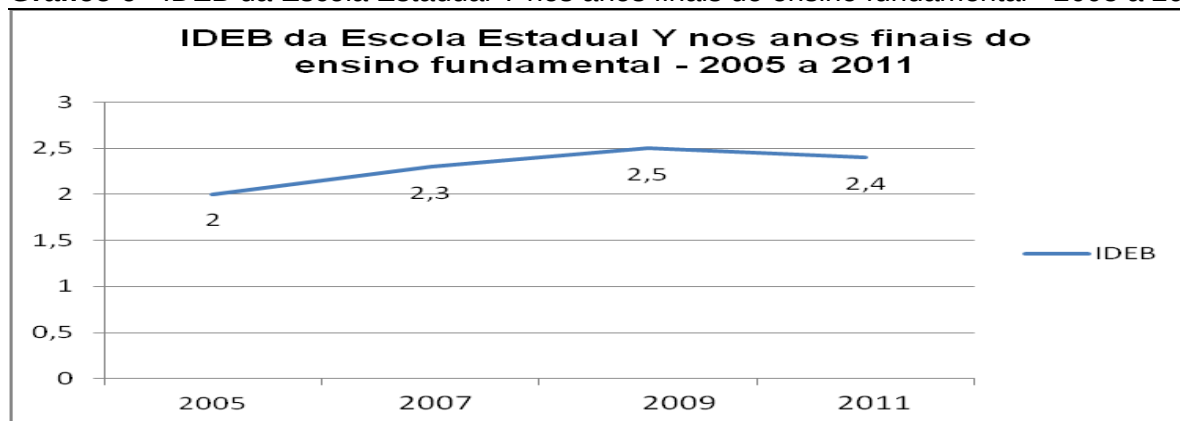
A Escola Estadual Y é uma escola de médio porte, com 1.046 alunos matriculados, em 2013, sendo 432 alunos no ensino fundamental, 359 no ensino médio, 115 alunos no Programa Travessia (55 no ensino fundamental e 60 no ensino médio) e 140 alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola possui biblioteca com três computadores, laboratório de informática com 20 computadores, três computadores para serviços administrativos, internet banda larga, impressora, aparelho de DVD, televisão e equipamentos de som.

Embora não se tenha pretendido aferir dados que relacionem a implementação das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica diretamente aos resultados de ensino aprendizagem nas disciplinas escolares e aos índices de desempenho nas avaliações externas, observou-se que a escola apresentou ao longo do período de 2005 a 2012, ou seja, antes e depois da implantação do Programa Mais Educação, um relativo crescimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Índice

de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), nos anos finais do Ensino Fundamental, anos nos quais o Programa é desenvolvido.

Os Gráficos 6 e 7 mostram a evolução do IDEB e IDEPE da escola, nos anos finais do ensino fundamental, respectivamente.

Gráfico 6 - IDEB da Escola Estadual Y nos anos finais do ensino fundamental - 2005 a 2011



Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados do Portal do INEP.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a meta projetada do IDEB para a Escola Estadual Y, em 2011, foi de 2,6, mas a escola só chegou a 2,4. Nos anos anteriores a escola conseguiu ultrapassar a meta.

Gráfico 7 - IDEPE da Escola Estadual Y nos anos finais do ensino fundamental - 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de dados da Intranet da SEE/PE no Portal de Informações Educacionais.

Quanto ao IDEPE, em 2011, a escola alcançou o índice de 2,4 nos anos finais do ensino fundamental, cuja meta pactuada no Termo de Compromisso e Responsabilidade, assinado pela gestão da escola, foi de 3,2. No ano de 2012, a

escola alcançou a meta pactuada para os anos finais do ensino fundamental, apresentando o índice de 3,2.

Ainda tomando como base os anos de 2011 e 2012, a Tabela 4 apresenta outros dados relativos ao desempenho da escola que diminuiu em 3,9 pontos percentuais a taxa de abandono nos anos finais do ensino fundamental e aumentou a sua taxa de aprovação em 18,7 pontos percentuais no ano de 2012 em relação ao ano de 2011.

Tabela 4: Taxas de Aprovação, Reprovação, Distorção Idade-Série e Abandono nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Y nos anos de 2011 e 2012

Ano	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Distorção idade-série	Taxa de Abandono
2011	62,7	25,7	52,9	11,59
2012	81,4	10,9	49,2	7,6

Fonte: Elaborada pela autora (2013), a partir de dados da Intranet da SEE/PE- Portal de Informações Educacionais.

A escola contou com mudança de diretor que, conforme processo seletivo da SEE/PE, foi empossado em 2013.

Portanto, considerando esse contexto da escola e a questão investigativa da pesquisa, qual seja: como se deu a implementação do referido macrocampo, quais as dificuldades encontradas e como elas foram ou não superadas na Escola Estadual Y?, percorreu-se nas subseções seguintes, sobre as atividades do macrocampo que foram efetivamente desenvolvidas pela escola e o papel e percepção dos atores diretamente envolvidos na implementação do macrocampo no âmbito da SEE/PE, da GRE Metropolitana Norte e da escola.

1.2.2 Atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na Escola Estadual Y

Segundo os Planos de Atendimento disponíveis no SIMEC, nos anos de 2008 a 2013, observou-se que a escola fez adesão às seguintes atividades e seus respectivos macrocampos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Adesão da Escola Estadual Y por macrocampo (s), atividades e alunos atendidos de 2008 a 2013

Ano	Macrocampo (s)	Atividade (s)	Total de alunos
2008	Inclusão Digital	Software Educacional	120
		Informática e Tecnologia	
2009	Educomunicação	Rádio Escolar	300
	Inclusão Digital	Informática e Tecnologia	
2010	Comunicação e Uso de Mídias	Rádio Escolar	470
	Cultura Digital	Informática e Tecnologia da Informação	
2011	Cultura Digital	Informática e Tecnologia da Informação	401
2012	Comunicação e Uso de Mídias	Rádio Escolar	230
2013	Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica	Jornal Escolar	380

Fonte: Elaborado pela autora (2013), a partir de dados do SIMEC.

As atividades de Rádio Escolar e Jornal Escolar não foram implementadas, apesar de constarem como adesão feita pela escola no Plano de Atendimento nos respectivos anos. A única atividade desenvolvida no macrocampo foi a de informática e o espaço utilizado foi o laboratório de informática.

É importante ressaltar que o quantitativo de alunos registrado ano a ano nos planos de atendimento da escola no SIMEC pode não representar a frequência real dos alunos, levando-se em consideração, além dos problemas da implementação, as atividades que de fato foram desenvolvidas, conforme descrito anteriormente. Além disso, conforme dados do Censo Escolar 2013, verificou-se que a Escola Estadual Y apresentou apenas o quantitativo de três turmas do PME, totalizando 64 alunos matriculados em atividades no contraturno. Isso demonstra uma incoerência quanto ao quantitativo de 380 alunos informados pela escola no SIMEC, para o ano de 2013.

As entrevistas realizadas com as equipes do PME na SEE/PE, na GRE Metropolitana Norte e na Escola Estadual Y, revelaram algumas dificuldades e desafios na implementação das atividades do macrocampo na escola da pesquisa, conforme pode ser visto nos depoimentos a seguir.

A gestora anterior da escola, que atualmente está na função de secretária da escola, relatou sobre a sua dificuldade quando questionada sobre sua avaliação de como se deu a implementação das atividades do macrocampo:

[...] a gente se inseriu no programa e, em 2008, a escola não funcionou com o programa porque realmente eu fiquei muito insegura. As orientações que nós tínhamos eram muito poucas, entendeu? E sabe, coisa que mexe com dinheiro a gente fica meio ansiosa com o que se orientar, então, eu procurei ver como realmente funcionava, ter um pouquinho mais de segurança pra que, em 2009, a gente pudesse de fato iniciar. (Secretária da Escola, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Conforme relatado pelo técnico da GRE, a reprogramação dos recursos financeiros do programa foi um procedimento que a escola adotou. Ele destacou que:

A escola ela passou por algumas mudanças. Ela mudou de gestor nos últimos meses. A gestora anterior ela era uma pessoa que permitiu que os planos fossem sendo reformulados e reorganizados sem que fossem executados, então, o gestor atual, ele está muito envolvido com o programa. Ele tem buscado conhecer um pouco, ele tem reorganizado as oficinas. Algumas oficinas que não se adequavam às necessidades da escola, ele reprogramou dentro das possibilidades [...] (Tec.3 GRE, entrevista cedida em 18 de junho de 2013).

Quanto à escolha das atividades do macrocampo, conforme o depoimento da secretária da escola, se deu da seguinte forma:

[...] em primeiro lugar a escolha da questão dos macrocampos a gente deu pela necessidade da escola e pelo que a escola já oferecia. A questão da inclusão digital eu tinha um laboratório com dez computadores, então, porque não usar? (Secretária da Escola, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

A secretária da escola também informou sobre as atividades que a instituição fez adesão no Plano de Atendimento do SIMEC, mas não foram implementadas, como foi o caso da Rádio Escolar:

[...] algumas atividades não foram vivenciadas, em momento nenhum, porque no momento a gente fez a pesquisa, a gente tinha o monitor, mas antes mesmo de iniciar, a pessoa não podia mais, aí ficaram algumas atividades sem realmente iniciar. [...] A rádio foi em 2009 e quando veio chegar o material, acho que foi, em 2011, no final de 2011. A rádio vinha o material pelo MEC, algumas atividades, algumas oficinas o material vem pelo MEC, outras a gente adquire dentro do programa. Então, era um professor da tarde que ia trabalhar, mas passou a ter outras atribuições e não podia. [...] Então, a rádio a gente tem que ter alguém que tenha conhecimento,

e não é qualquer pessoa que vai trabalhar com a rádio. (Secretária da Escola, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

A escola dispõe de dois monitores para o desenvolvimento das atividades relativas ao macrocampo. Por esses apenas possuem cursos de curta duração em informática para o desenvolvimento das atividades de informática e pela inexistência de monitores capacitados, as atividades de Rádio Escolar e Jornal Escolar não foram desenvolvidas em nenhum dos anos em que a escola fez a adesão no seu Plano de Atendimento, sendo substituídas, conforme descrito anteriormente pela atividade de informática.

1.2.3 Percepção dos atores da Escola Estadual Y quanto à implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME

Quanto aos atores diretamente envolvidos na implementação do PME na escola, o professor, cujo nome foi indicado pelo diretor da escola para identificação e registro dos dados da escola no Plano de Atendimento no SIMEC, não assumiu sua função como professor coordenador ou professor comunitário, conforme relato a seguir:

[...] fui incumbido a fazer projetos de informática, ficar na sala de informática. [...] O trabalho que estou fazendo, por enquanto, é das pesquisas de provas de matemática e língua portuguesa. Quando os alunos têm essas provas, que são feitas pela internet, aí eu acompanho eles lá na sala de informática. A minha participação, por enquanto, é essa. Eu tô esperando a oportunidade ainda pra ter uma reunião com o pessoal do Mais Educação, pra dizer realmente quais são as minhas funções [...] (Prof. Comunitário, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Outros depoimentos dos entrevistados revelam a dificuldade na implementação do macrocampo pela falta de incentivo financeiro ao coordenador do PME na escola, conforme relata uma das Educadoras de Apoio da Escola Estadual Y:

Pela experiência que eu vejo em outras escolas, em outras redes, na rede municipal, o coordenador, e eu digo isso em relação a outra rede em que eu trabalho, que é no município de Paulista. O coordenador tem uma ajuda de custo, são aulas excedentes que ele passa o dia todo na escola. Então, funciona muito bem porque ele

acompanha tanto pela manhã, quanto à tarde, e isso não acontece na rede estadual. (Educ. Apoio 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Diante do exposto, a atuação desse profissional na Escola Estadual Y parece não ser efetiva, encontrando-se aqui uma contradição na organização do PME na escola, uma vez que a gestão informa no Plano de Atendimento ter a presença do coordenador. No questionário Monitoramento Físico-Financeiro do SIMEC, preenchido pela gestão da escola, no item sobre dificuldades de recursos humanos consta a referência ao Professor Comunitário e a seguinte especificação do problema: “Uma vez que, o professor não é ressarcido, fica complicado para o mesmo exercer a função, já que ele tem uma carga horária a cumprir” (SIMEC, 2013).

Além da dificuldade da atuação do professor comunitário no acompanhamento das atividades do macrocampo na escola, outras questões foram relatadas nas entrevistas quanto a: escolha das atividades do macrocampo; formação das turmas; infraestrutura; relação com o Projeto Político Pedagógico da escola; formação continuada; perfil e escolha dos monitores das atividades do macrocampo; e, trabalho dos monitores.

Quanto à escolha das atividades do macrocampo o diretor da escola demonstrou, conforme depoimentos na entrevista, pouco conhecimento quanto à escolha e implementação dos macrocampos relativos ao uso de mídias e cultura digital.

[...] assumi a escola, em fevereiro de 2013, e essa escolha já havia sido feita pela gestora anterior. Apenas estamos dando continuidade porque a gente vê que é importante as que foram escolhidas e é importante dar continuidade a estas. (Diretor, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Quanto aos critérios para a formação das turmas e atendimento aos alunos nas suas respectivas atividades, observou-se que a escola elegeu critérios próprios e um deles foi o conhecimento em informática pelos alunos, conforme o depoimento da secretária da escola:

O que eu sei é que exatamente esses critérios vão ser selecionar os alunos, não sei se é bem isso que está explícito, de acordo com a necessidade do aluno. Se há um critério mais específico, eu

realmente não tenho conhecimento. A formação das turmas se dá de acordo com o quantitativo de alunos que se inscreveram para aquela oficina. De acordo com os turnos, a gente forma as turmas. Aqueles alunos que não têm nenhuma noção, estão realmente iniciando, como a gente tem alunos iniciantes, a gente forma uma turma. Aqueles que já têm conhecimento de informática e de computador, a gente forma uma turma mais avançada. (Secretária da Escola, entrevista cedida em 20 de março de 2014).

Ao ser questionado se conhecia os critérios postos pelo MEC no Manual Operacional de Educação Integral - 2013, o diretor da escola também relatou desconhecê-los e apontou que a escola considerou como critério as solicitações de professores:

A gente está usando como critério algumas solicitações dos professores. Alguns alunos que apresentam algumas dificuldades em língua portuguesa e matemática, os professores têm nos enviado uma solicitação para esses alunos e sejam chamados os pais para que esses alunos sejam inseridos prioritariamente no programa (Diretor, entrevista cedida em 20 de março de 2014).

A gestão da escola, equipe técnico-pedagógica e monitores foram unânimes em seus depoimentos ao descreverem que é feita uma divulgação nas salas de aula para que os alunos participem das atividades. Dentre os depoimentos, o da secretária da escola explicita bem esse procedimento da divulgação das atividades: “A gente faz a divulgação nas salas de aula. Tanto a gestão como os meninos oficinairos vêm e passam por turnos” (Secretária da Escola, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Outro depoimento revelou que os critérios para a formação das turmas, relativo às séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos) e estudantes de anos/séries em que são detectados índices de evasão e/ou repetência, não são observados pela escola. Isso foi evidenciado pelo diretor quando questionado se os alunos que não estivessem dentro dos critérios do MEC para a formação das turmas poderiam participar das oficinas:

[...] principalmente, quando se trata das turmas iniciais, nos sextos anos, que vêm com sérias dificuldades de aprendizagem, desde leitura até as quatro operações. Não só podem, como devem, porque aí eles vão ter formação de turmas heterogêneas. Eles podem aprender entre si. A aprendizagem é muito maior quando se trata de turmas heterogêneas. Alunos sem dificuldades podem se tornar multiplicadores e podem ajudar na aprendizagem desses que

apresentam dificuldades. (Diretor, entrevista cedida em 20 de março de 2014).

Conforme esses depoimentos dos entrevistados da Escola Estadual Y foi possível identificar que a formação das turmas e atendimento aos alunos nas suas respectivas atividades não seguiram os critérios do Manual Operacional de Educação Integral - 2013.

Quanto à infraestrutura, um dos monitores da escola relatou que as condições de infraestrutura física das escolas que oferecem o PME, que é desenvolvido apenas no ensino fundamental, também não são satisfatórias para o desenvolvimento de atividades em tempo integral, como é o caso da Escola Estadual Y, comparando-se às condições oferecidas pelas Escolas de Referência em Ensino Médio da rede estadual de ensino em Pernambuco⁹.

[...] uma escola que não é de Referência, que não tem um banheiro adequado, [...] e não tem alimentação oferecida, então, quando ele (o aluno) vai pra casa, na verdade, a maioria não volta para as oficinas.[...], se a escola oferece essa estrutura pro aluno, ele continua nas oficinas. [...] mas, se ele vem pra oficina de manhã, do Mais Educação, faz as atividades das oficinas, fica na escola, traz a roupa, almoça e volta pro ensino regular, vai funcionar bem melhor. (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Também quanto à infraestrutura do laboratório de informática o relato foi o seguinte:

[...] a gente teve que fazer uma adaptação nas mesas que a gente tinha, porque as mesas não são adequadas para o equipamento que a gente recebeu. A gente recebeu máquinas novas, que era pra serem duplicadas em mesas e a gente teve que usar um birô pra adaptar. Então, isso afeta a coluna do aluno, o aluno não tá na posição correta. [...] E a estrutura física, o espaço é bom, só que a gente tinha dois ar condicionados e hoje a gente não tem nenhum, a gente tá trabalhando no calor. Então, precisa realmente melhorar na questão da estrutura física. (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

A dificuldade de acesso à internet (baixa velocidade e falta de manutenção do *link* de acesso por parte da Secretaria de Educação) foi relatada como um ponto

⁹ As Escolas de Referência em Ensino Médio ou Escolas Integrais e Semi-Integrais são escolas da rede estadual que compõem o Programa Educação Integral, programa do Governo do Estado de Pernambuco, cujo objetivo é reestruturar o ensino médio pernambucano, oferecendo jornada ampliada de ensino aos jovens.

negativo na implementação do macrocampo: “A questão do acesso à internet, [...] liga-se pro *help desk* e é aquela burocracia toda, se não abrir o chamado correto eles não fazem o serviço” (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Uma das educadoras de apoio da escola também reforça em seu depoimento a dificuldade de acesso à internet: “É justamente aí onde a gente encontra as dificuldades. [...] muitas vezes o professor quer utilizar, mas não tem a internet” (Educ. Apoio 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Quanto à relação das atividades do macrocampo com o Projeto Político Pedagógico da escola, no questionário Monitoramento Físico-Financeiro do SIMEC, a gestão da escola declara afirmativamente que as atividades de Educação Integral fazem parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O que também é reforçado no depoimento da vice-diretora:

[...] a gente se propõe a fortalecer o aprendizado, a tornar a escola uma escola cidadã [...]. A gente sempre busca dentro do projeto, atividades que façam com que o aluno se sinta inserido como cidadão, inserido socialmente. [...] dentro do Projeto Político Pedagógico a gente tem o Mais Educação como reforço pra isso, pra o fortalecimento do cidadão (Vice-diretora, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Sob o aspecto da formação continuada para o desenvolvimento das atividades do macrocampo um dos monitores relatou: “[...] falta capacitação pra todos osicineiros, [...] orientação e que não deixe nenhuma dúvida” (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013). Esse fato é reforçado em depoimento do técnico da equipe da GRE: “Não, não, especificamente pra esse macrocampo nós não tivemos, assim, nenhuma formação direcionada, nós, nem osicineiros” (Tec. 1 GRE, entrevista cedida em 16 de outubro de 2013).

E ainda um dos monitores ressaltou em seu depoimento que a formação seria uma ação muito válida para os monitores se atualizarem porque “o mundo vem se atualizando e vão se arrumando novas metodologias de ensino” (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de abril de 2014).

Quanto ao perfil e escolha dos monitores das atividades do macrocampo, os dois da Escola Estadual Y têm a escolaridade de ensino médio e cursos de informática. De acordo com o relato da secretária da escola, os monitores escolhidos pela escola para trabalhar com o macrocampo, eram pessoas da comunidade que:

[...] tinham um conhecimento dentro da informática.[...] até mesmo quando eles tinham que usar o *Linux*, eles precisaram estudar, fizeram apostila também, porque também era uma coisa nova pra eles (Secretária da Escola, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

O diretor da escola também ressaltou que os monitores escolhidos tinham um relacionamento com a escola:

São da comunidade, são ex-alunos da escola. [...] já têm um convívio paralelo com nossos alunos, se conhecem bem. Hoje são profissionais, já trabalham com outras atividades voltadas também pra informática. A ex-gestora convidou desde que eles já tinham encerrado sua formação na escola, pra que eles continuassem como voluntários trabalhando com esses alunos (Diretor, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Em relação ao trabalho dos monitores, ambos relataram dificuldades para a implementação das atividades de informática, dentre elas encontrou-se a falta de material de apoio didático. Como alternativa, a escola confeccionou apostilas cujo conteúdo, referente aos programas dos sistemas operacionais *Windows* e *Linux*, foi pesquisado pelos monitores na internet, conforme pode-se constatar no relato do Monitor 1:

Por conta própria mesmo, [...] a questão das apostilas foi a gente mesmo que “baixou”, eu mesmo que “baixei”, eu mesmo que programei pra facilitar a melhor forma de passar esse conteúdo pro aluno. (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

O Monitor 2 também confirma esse procedimento em seu relato:

[...] um ponto negativo é a questão da Secretaria de Educação não fornecer material didático, porque na verdade as apostilas que eu utilizo e o professor (nome do monitor 1), nós pesquisamos na internet pra poder passar pros alunos. [...] me foi prometido um material didático que até hoje não recebi. (Monitor 2, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Não foram encontrados na GRE e na escola relatórios referentes ao desenvolvimento do PME, nem das atividades do macrocampo. Apenas fichas de

relatório mensal, conforme modelo disponibilizado pelo MEC para a prestação de contas, nas quais são listadas as atividades desenvolvidas pelos monitores.

Os monitores entrevistados relataram desconhecer qualquer orientação para planejamento das atividades: “Dizer assim que eu vou trabalhar esses seis meses e preparar um planejamento, acredito que isso nunca foi passado e eu nunca realizei isso aí” (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Assim, os monitores utilizam apenas um caderno que serve de agenda de atividades e registro de frequência dos alunos:

[...] na minha sala de aula, tanto eu como (nome do monitor 1), nós temos um caderno onde nós colocamos todo o conteúdo que foi dado e os alunos que fizeram a aula, [...] então, por isso a gente tem essa agenda de trabalho pra que a gente não tenha dificuldade com os alunos (Monitor 2, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Dessa forma, conforme relatos dos entrevistados as atividades desenvolvidas são relativas à informática básica:

Hoje a gente trabalha na inclusão digital, mesmo o pessoal tendo microcomputadores em casa, o pessoal ainda tem medo da ferramenta, e aí a gente começa, na verdade, a tirar essa timidez do aluno. [...] a gente tira todo tipo de dúvida, a questão de conhecer a própria ferramenta, conhecer o teclado, mouse, é ter conhecimento das ferramentas que eles usam em casa, mas eles não têm a prática. Tudo em relação ao *Office*, *Word*, *Excel* ou *Power Point*, se for, como a gente tá trabalhando, com o *Linux* agora, que é o *Writer*, o *Print* e o *Calc*. A gente tá trabalhando em cima disso aí (Monitor 1, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

De maneira geral, conforme os depoimentos dos entrevistados, pode-se identificar as seguintes dificuldades na implementação do macrocampo no âmbito da escola: monitoramento precário por parte da SEE/PE e GRE Metropolitana Norte ou falta de monitoramento; falta do trabalho efetivo do professor comunitário; falta de formação para os monitores; falta de material de apoio didático específico para as atividades do macrocampo; e, acesso e manutenção da internet precários.

1.2.4 A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na Escola Estadual Y na perspectiva da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e da GRE Metropolitana Norte

O PME em Pernambuco configura-se como uma estratégia indutora da educação integral, que apesar de contar seis anos da sua implantação, as dificuldades para a sua implementação trazem repercussões diretas na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, o que foi revelado nos depoimentos dos atores diretamente responsáveis pelo programa no âmbito da SEE /PE e da GRE Metropolitana Norte.

1.2.4.1 No âmbito da SEE/PE

Do ponto de vista da equipe do PME na SEE/PE, conforme se pode observar no depoimento a seguir, a responsabilidade direta pela implementação do macrocampo é da escola e da GRE:

Só quem pode responder assim, com maior firmeza, é quem está lá na escola, eu estou na Secretaria de Educação, a gente acompanha com relatórios, em contato com o técnico da Regional, mas quem pode responder isso com bastante firmeza sobre a Escola Estadual Y, vai ser justamente a direção da escola, a equipe gestora da escola ou o técnico da Gerência Regional Metropolitana Norte. (Chefe Unidade EF da SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

Uma das técnicas da equipe do PME na SEE/PE também relata a falta de informações da SEE/PE quanto à implementação do macrocampo na escola e a necessidade do monitoramento:

[...] a gente não tem de nenhum macrocampo, de nenhuma atividade, essa resposta. Eu não sei se a Regional já tem, mas aqui a gente ainda não tem o que vem da escola por escrito, como é encaminhado, como é feito. [...] digamos assim, o “miudinho” de como está sendo encaminhado, não. Eu estou lhe dizendo um dado que eu acho extremamente importante: quem é que está na escola orientando essa oficina, essa atividade relacionada à informática, quem é esse profissional? Eu acho que é um dado que pode compor esse monitoramento e a gente não tem. (Tec. SEE/PE, entrevista cedida em 25 de junho de 2013).

Questionado sobre medidas de acompanhamento da implementação do macrocampo na Escola Estadual Y, o coordenador do PME na SEE/PE responde:

O que a gente tem feito é orientar as equipes das Regionais, através de instrumentos de coleta de informação. Então, quando o técnico, ele vai à escola, ele faz um levantamento, ele já vai à escola com o Plano de Atividade. E aí, no Plano de Atividade ele verifica se aquelas atividades estão sendo executadas, conforme foram aprovadas [...] (Coord. SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

Quanto à implementação do macrocampo na escola a coordenação do PME da SEE/PE avaliou:

Que perspectiva vem sendo trabalhada, aí a gente não tem ainda essa avaliação. [...] A dimensão pedagógica, metodológica, a avaliação do uso disso, a qualificação da pessoa que tá trabalhando com isso. Então, é algo que a gente tem muita carência de informação a respeito disso. (Coord. SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

A falta de um professor comunitário atuando em cada escola é percebida pela SEE/PE como uma dificuldade que reflete no efetivo desenvolvimento das atividades do macrocampo:

[...]o Programa prevê a existência de um professor articulador, de um professor comunitário, do quadro funcional do Estado, em cada escola, e nós ainda não conseguimos atender a essa determinação legal. Tá lá, em cada Resolução, com carga-horária de no mínimo 20 horas para fazer a coordenação pedagógica do Programa. Então, essa é outra dificuldade que a gente tem, que é de pessoal. (Coord. SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

A coordenação do PME da SEE/PE encaminhou às GREs, dentre as quais se inclui a GRE Metropolitana Norte, responsável pelo monitoramento da Escola Estadual Y, uma **Orientação para Funcionamento do Programa Mais Educação**. Neste documento, constam as atribuições do coordenador ou professor comunitário do programa na escola, listadas a seguir:

- Selecionar com o Gestor Escolar os monitores para as oficinas de acordo com as exigências do Programa;
- Organizar a equipe de monitores ouicineiros (os mesmos não podem ter vínculo com estado ou município. Para as oficinas de

Letramento, disciplina crítica, Direitos Humanos e todas do Macrocampo Esporte e Lazer os monitores deverão ser universitários cursando o 4º período em diante. Para as demais oficinas poderão ser pessoas da comunidade que comprovem com documentos e currículo as habilidades exigidas para desempenhar com competência a oficina);

- Fazer a relação dos alunos junto ao Gestor Escolar;
- Elaborar junto ao Gestor Escolar horário das oficinas;
- Elaborar cronograma de atividades;
- Elaborar Plano de Ação Pedagógica junto aos Monitores de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola para encaminhar à Direção da Escola;
- Anexar Calendário de ano letivo;
- Orientar os Monitores na confecção dos Planos de Curso, os quais devem ser Bimestrais;
- Elaborar Relatório Semestral das atividades realizadas nas oficinas registrando inclusive com fotos;
- Acompanhar a Frequência dos alunos, informando faltas ou evasão à direção da Escola e consultar as famílias para se informar da situação e fazer possíveis substituições;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades dos monitores, inclusive faltas informando à direção para as providências necessárias;
- Acompanhar a distribuição do lanche, almoço e banho dos alunos;
- Zelar pela funcionalidade do Programa e integridade dos alunos durante a execução do Programa (PERNAMBUCO, 2013a, p. 2 - 3).

1.2.4.2 No âmbito da GRE Metropolitana Norte

Os depoimentos da equipe da GRE Metropolitana Norte sobre como se deu a implementação do macrocampo na escola, também revelaram desconhecimento:

Eu não tenho dados porque se a gente for olhar os relatórios, não há essa preocupação específica com os macrocampos de cultura digital e uso de mídia, não há essa preocupação em detalhar tal e tal oficina. [...] A única informação que eu tenho em relação a Escola Estadual Y na questão de comunicação e uso de mídias, é que não é assim um fato que eu posso dizer documentado. [...] como a escola, desde 2008, desenvolve esse macrocampo, então, quando ela repete o macrocampo e ela cadastra ano a ano, desde 2008, até hoje, é porque ela vem desenvolvendo. De alguma forma ela vem desenvolvendo [...] (Tec. 1 GRE, entrevista cedida em 16 de outubro de 2013).

Outra técnica que coordena o PME na GRE Metropolitana Norte ao ser questionada sobre o acompanhamento à Escola Estadual Y quanto à implementação do macrocampo, declarou que:

[...] eu ainda não consegui chegar lá. Então, eu não sei dizer hoje a você qual a necessidade, porque ela não deu retorno dos meus *e-mails*. Se ela tivesse me dado o retorno dos meus *e-mails* ou tivesse ligado [...]. Mas, como eu não consigo chegar lá, eu no momento não tenho essa informação (Coord.GRE¹⁰, entrevista cedida em 05 de novembro de 2013).

Ainda relaciona-se à falta de informações, o monitoramento precário:

O acompanhamento tem sido sofrível. Devido a grande demanda que a gente tem, a gente acompanha na medida do possível. Então, eu agendo as visitas às escolas, eu vou lá, mostro pra elas quais os espaços, quantos alunos, quantas turmas, organizo tudo e o programa vai andando (Coord.GRE, entrevista cedida em 05 de novembro de 2013).

Diante do exposto, tanto na SEE/PE quanto na GRE a precariedade do monitoramento leva ao fato de não possuírem dados da Escola Estadual Y que revelem como se dá efetivamente a implementação do macrocampo.

Nessa pesquisa, algumas dificuldades de implementação do macrocampo na escola foram identificadas, como dificuldades de implementação do PME em nível macro (SEE/PE e GRE Metropolitana Norte) que influenciaram diretamente a sua implementação em nível micro (escola).

Portanto, essas dificuldades de implementação do macrocampo, que se constituem em evidências do problema desse trabalho de pesquisa, serão analisadas no próximo capítulo, com base nos estudos relativos à Educação Integral, ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na escola e ao Ciclo de Políticas, compreendendo que uma das etapas de uma política é a sua implementação.

¹⁰ Coord.GRE= Coordenação na Gerência Regional de Educação

2 ANÁLISE COMPREENSIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PERNAMBUCO

Este segundo capítulo constitui-se da análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas nas duas etapas da pesquisa e que foram descritos no primeiro capítulo. Segundo Duarte (2004), o instrumento entrevista é fundamental e permite a coleta de indícios dos modos como cada ator envolvido percebe e significa a sua realidade, levantando informações consistentes que permitem descrever e compreender a lógica das relações estabelecidas no interior dos grupos.

Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. A primeira diz respeito à análise dos propósitos e concepções do Programa Mais Educação como uma estratégia de indução de uma política de educação integral, observando-se as suas repercussões práticas quanto a sua implementação nas escolas estaduais de Pernambuco. A segunda seção apresenta algumas experiências no Brasil com a utilização das tecnologias educacionais em educação integral nas escolas.

E, finalmente, uma terceira seção que traz a análise diretamente relacionada à implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME na rede estadual de educação de Pernambuco e em uma escola específica (Escola Estadual Y), como exemplo dos possíveis desafios a serem enfrentados para melhor implementação desse macrocampo nas escolas.

2.1 A Educação Integral no PME: propósitos e concepções

A concepção de educação integral é permeada no debate nacional pela categoria ampliação da jornada escolar ou jornada escolar de tempo integral. Tratando-se dos formatos de organização desse tempo, Cavaliere (2007) considera quatro concepções que podem estar diluídas ou misturadas nos projetos, em desenvolvimento no Brasil, de escolas de tempo integral. Há a concepção assistencialista de uma escola para os desprivilegiados, cuja função é substituir a família e o mais importante é a ocupação do tempo e a socialização primária.

Concebe a escola não como “o lugar do saber, do aprendizado, da cultura, mas um lugar onde as crianças das classes populares seriam ‘atendidas’ de forma semelhante aos ‘doentes’” (CAVALIERE, 2007, p.1029). Entretanto, segundo Paro et al. (1988), esse caráter assistencialista é usado por alguns como crítica para não instalação do período integral, uma vez que consideram que as condições concretas do ensino em nossa sociedade exigem medidas, antes de tudo, de garantia de ensino de boa qualidade em período parcial para depois se pensar em extensão de escolaridade em período integral. Enquanto para outros, é preciso saber as reais necessidades da assistência pela escola como medida para resolver o problema do menor abandonado, considerado principalmente nos grandes centros urbanos, como um problema de segurança da população.

A segunda concepção seria a autoritária que, segundo Cavaliere (2007), vê a escola como uma espécie de instituição de prevenção ao crime, enfatizando a formação para o trabalho, mesmo no nível do ensino fundamental. A terceira concepção é a de escola democrática, cujo papel é emancipatório, com valorização do aspecto cultural na relação com os saberes escolares, os quais seriam ferramentas para a emancipação. E, finalmente, uma quarta concepção de educação integral, a multissetorial, que pode e deve ser feita fora da escola. Ou seja, setores não-governamentais poderiam dar conta de uma educação de qualidade, uma vez que as estruturas estatais não garantiriam uma educação para o mundo (CAVALIERE, 2007).

Para além da análise do caráter meramente assistencialista, a questão da educação integral está diretamente relacionada ao papel que a instituição escolar desempenha na sociedade. Ou seja, o que justifica a existência da escola de tempo integral? Paro et al. (1988) desenvolveram uma pesquisa de campo em um dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Rio de Janeiro e de um programa de extensão diária da escolaridade implementado no Município de Assis/SP, subvencionado pelo Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), analisando as relações entre universalização do ensino e o papel da escola de tempo integral no passado e no presente. Os autores destacaram que as propostas de extensão do tempo escolar não podem desconsiderar um direito elementar de cidadania que é o acesso, permanência e efetiva apropriação do saber sistematizado. Além disso, analisaram suposições para a criação de escolas em tempo integral com enfoque nas transformações de caráter sócio-econômico e

cultural ocorridas no seio da sociedade brasileira, desde as tradicionais escolas em regime de internato ou semi-internato para atendimento das chamadas classes dominantes, que antecedem as propostas de universalização da escola pública para os segmentos de baixa renda da população por subvenção pública. Consideraram dois pontos: a clientela e a entidade que mantém a escola. Não desconsiderando a hipótese do caráter assistencialista das políticas de educação em tempo integral, embora reconheçam que essa é uma hipótese a ser comprovada, os autores sinalizam, inclusive, que os projetos de escola pública em tempo integral podem representar indicadores de falência ou mesmo de deficiência das políticas públicas nas áreas de saúde, educação e alimentação.

Em contrapartida, considerando-se a possibilidade das políticas de educação em tempo integral apresentarem o controle de indicadores educacionais, tais como fluxo escolar e desempenho dos alunos para o cumprimento de metas de qualidade na educação, estas políticas devem reconhecer a importância do planejamento para a ampliação do tempo escolar. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN - Ensino Fundamental) sinalizam, ainda que timidamente, a importância do planejamento para um melhor aproveitamento desse tempo que o aluno permanece na escola:

Evidentemente, a garantia de jornadas diárias mais longas para os alunos e de horários especiais para o trabalho conjunto dos professores são metas associadas à qualidade de ensino. [...] O aproveitamento do tempo em que o aluno permanece na escola em atividades extraclasse é outra importante tarefa a ser organizada (BRASIL, 1998, p.94).

Segundo Cavaliere (2009), duas vertentes configuram a ampliação do tempo escolar nas escolas brasileiras: uma com investimentos em mudanças no interior da escola oferecendo condições para a presença de alunos em turno integral, denominado pela autora de “escola de tempo integral”; e, outra em espaços alternativos, articulados com instituições fora da escola, nos quais os alunos realizam atividades no turno contrário ao das aulas, denominado como “aluno em tempo integral”.

O Programa Mais Educação prevê essas duas formas de organização da escola, na perspectiva da educação em tempo integral. Sob esse aspecto, corroborando com Leclerc e Moll (2012), compreende-se que gerir os espaços, o

tempo e o currículo escolar para a implementação do PME passa pela compreensão do *modus operandi* de organização das escolas.

No que se refere ao tempo, a organização das atividades do PME no chamado contraturno traz em si a necessidade de melhor compreensão operacional. Segundo Leclerc e Moll (2012, p. 96 - 98), faz-se necessário “superar, também na estrutura da gestão, as possíveis e indesejadas dicotomias turno/contraturno, currículo/ações complementares”. As autoras compreendem que os macrocampos de conhecimento que o PME oferece devem ser vistos como “possibilidades de ampliação e ressignificação do tempo diário de/na escola”.

Para essas autoras, o olhar que predomina na maioria das escolas e que precisa ser revisto é o do

turno fixo, em que prevalecem as disciplinas tradicionais, que constituem o núcleo duro do currículo e os contraturnos flexíveis, em que prevalecem as atividades que procuram tornar o tempo escolar agradável (LECLERC e MOLL, 2012, p.97).

Sendo uma estratégia indutora de política social e educacional, o PME acena para possibilidades incluídas na legislação educacional do país quanto à ampliação da jornada escolar com investimentos inclusive de ordem financeira, mas requer que os governos dos estados e municípios o tomem como exemplo para implementarem políticas públicas de educação com vistas ao enfrentamento das desigualdades educacionais.

Ainda segundo as autoras um desafio central na implementação de programas federais como o PME é

a compreensão do chão da escola como espaço de tensão, (re)construção, saberes e vivências, em oposição ao aspecto reducionista de certa visão que a persegue como locus para implementação de projetos e programas alienígenas em relação ao projeto político pedagógico das redes de ensino e das escolas. As tarefas de caráter teórico-metodológico dessa compreensão são dependentes da experiência de gestão democrática, na qual, ao menos idealmente, a escola é compreendida como a primeira das esferas públicas e da qual decorrem e ascendem as demais no âmbito dos sistemas de ensino (LECLERC e MOLL, 2012, p. 100).

Uma das orientações do MEC, conforme o Manual Operacional de Educação Integral - 2014, é que o Plano de Atendimento da escola deve estar em consonância com seu projeto político pedagógico, para a implementação das atividades do PME.

Apesar do investimento do MEC em publicações de caráter pedagógico para disseminação e organização do PME, inserindo-o na agenda de construção da política de educação integral no Brasil, ainda há muito o que trilhar para que o Programa se configure como uma política pública.

O depoimento da coordenação do Programa na SEE/PE expressa essa compreensão:

O Programa Mais Educação que ainda não é uma política, é um programa indutor, está como meta no Plano Nacional de Educação, mas ainda não é uma política. Educação integral ou tempo integral, ainda não é uma política pública consolidada. É um programa indutor dessa perspectiva de política (Coord. SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

De acordo com Silva e Silva (2012, p. 85), o Programa Mais Educação convoca estados e municípios a “ampliarem a jornada escolar e a oferecerem ‘educação integral em tempo integral’, porém em condições formativas bastante reduzidas e precárias”.

Diante disso, compreende-se que o PME revela-se como indução de uma política de ampliação da jornada escolar no ensino fundamental a partir de uma concepção de educação integral que tem se construído ainda precariamente.

As escolas têm implementado as atividades dos macrocampos no contraturno como atividades suplementares ao turno, sendo este último o tempo no qual as disciplinas curriculares são desenvolvidas sem qualquer ligação com o PME. Sendo assim, compreende-se que a educação integral para além da ampliação da jornada, envolve outras questões que precisam ser analisadas criticamente. Nesse sentido, considera-se o que Rodrigues, Viana e Bernardes (s.d.) destacam quanto à concepção da Educação Integral no PME, uma vez que apesar de seu caráter inovador, o Programa traz limitações em termos de abrangência e gestão.

Em alguns depoimentos dos atores diretamente envolvidos na implementação do PME em Pernambuco, observa-se a compreensão como um Programa Federal que, na sua implementação, enfrenta desafios de operacionalização devido às

condições das escolas, seja por infraestrutura precária, seja por deficiências de recursos humanos.

Um exemplo dessa compreensão pode ser observado nesse depoimento da coordenação do PME na SEE/PE:

Muitas das escolas que abraçam o programa, depois vão percebendo que não teriam uma estrutura suficiente para manter os alunos no turno ampliado, porque além dos alunos regulares ela tem que manter aquele quantitativo de cem, cento e cinquenta, trezentos alunos. E aí, a infraestrutura das nossas escolas é carente e dificulta (Coord. SEE/PE, entrevista cedida em 18 de outubro de 2013).

De acordo com Nota Técnica do MEC, Nº. 61/2011 - DICEI/SEB/MEC, de 9 de julho de 2011, há necessidade de mais investimentos de infraestrutura nas unidades escolares, para ampliação e melhoria da jornada integral, pois de acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), de 2010, das 14.995 escolas que aderiram ao PME em 2011, 27,7% não possuíam laboratório de informática, 20,4% não possuíam internet, 33,2% não possuíam banda larga, 85,7% não tinham biblioteca e 37,6% sem quadra de esportes (BRASIL, 2011a).

Além da infraestrutura precária das escolas de Pernambuco, conforme os relatos do capítulo 1 dessa dissertação, também não tem havido investimento quanto à formação dos monitores que atuam no desenvolvimento das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

No redesenho do PME, em 2013, o MEC divulgou como novidade que os monitores das atividades de Orientação de Estudos e Leitura e Esporte na Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas devem ser obrigatoriamente estudantes de graduação ou licenciatura vinculados ao PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) ou em estágio supervisionado.

Conforme o Manual Operacional de Educação Integral – 2014, recomenda-se que a escola não utilize professores da própria escola para atuarem como monitores, justificando que o ressarcimento de despesa de transporte e alimentação não pode ser feito com recursos do FNDE (BRASIL, 2014a), prevendo o voluntariado para dar conta do desenvolvimento das atividades no chamado contraturno com a contratação de monitores. No entanto, como critério para escolha dos monitores, não

se exige para todos os macrocampos do PME que estes tenham formação pedagógica.

Diante dessa condição, considera-se que o trabalho dos que desenvolvem as atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, em caráter de voluntariado, carece de maior acompanhamento do ponto de vista pedagógico e poderia ser desenvolvido também por monitores estudantes das licenciaturas em informática, por exemplo.

2.2 Breves relatos de algumas experiências em educação integral no Brasil com uso de tecnologias na escola

Nessa seção, com vistas a uma análise de como os tempos, espaços e o currículo escolar devem ser compreendidos nas escolas, na perspectiva da educação integral, apresentam-se a seguir breves relatos de algumas experiências com uso de tecnologias. Ressalta-se que não se intencionou destacar as melhores, pois, infere-se que, possivelmente, existam muitas experiências bem sucedidas desenvolvidas em escolas de tempo integral com uso de tecnologias em nosso país.

A publicação intitulada **Percursos da Educação Integral em busca da qualidade e da equidade** do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Fundação Itaú Social traz um conjunto de 20 experiências de municípios que desenvolvem o Programa Mais Educação. De acordo Lomonaco e Silva (2013), organizadoras da publicação, as experiências foram registradas de maneira informal, pois a intenção não foi escolher as melhores no Brasil, mas apenas divulgar algumas que podem servir de referência para as escolas no desenvolvimento da educação integral.

Dentre essas experiências relatadas, escolheu-se aquela desenvolvida no município de Piraí - RJ, que, em 2012, fez a ampliação da jornada escolar, implantando o PME, além de desenvolver o Programa Gestão do Tempo, no qual as escolas com turmas do 5º ao 9º ano do ensino fundamental reorganizaram suas aulas para que fossem ministradas em 2 horas, e não nos 50 minutos tradicionais, ou seja, 2 horas antes e depois do intervalo, permitindo que os alunos imprimissem

outro ritmo de aprendizagem, com mais tempo para a mesma disciplina. A jornada escolar passou a ter 7 horas por dia. Com essa mudança na duração das aulas, foram possibilitadas novas metodologias como oficinas, trabalho com projetos e outras, além de possibilitar aos professores tempo para estudo e trocas de experiências com outros professores.

Dessa forma, foram oferecidas

as condições necessárias a concretização de novas formas de aprender e ensinar, uma vez que a fragmentação dos tempos escolares tem se mostrado um obstáculo a esse tipo de avanço na nossa qualidade de ensino (LOMONACO e SILVA, 2013, p.29).

Outro projeto desenvolvido nessa perspectiva de ampliação da jornada escolar com uso das tecnologias da informação e comunicação pelas escolas do município de Piraí/RJ é o Projeto Piraí Digital. Esse projeto fez com que as escolas repensassem seus projetos políticos pedagógicos, utilizando a tecnologia de maneira transversal ao currículo e que os professores fizessem uso dela para elaborar seus planos de aula, dinamizando a didática, com o uso de *softwares* no ensino da biologia, jogos *online* no ensino da matemática, e do *Google Earth* para visualizar mapas com imagens em satélite. Também novas dinâmicas de organização do trabalho em sala de aula foram possibilitadas com o uso do computador em duplas ou em grupos de alunos, bem como o desenvolvimento dos projetos aluno tutor e aluno monitor, que passaram a contribuir com os professores e com a escola. No projeto aluno tutor os alunos são capacitados por equipes de tecnologia do município para resolver problemas básicos de manutenção dos computadores e no projeto aluno monitor são identificados dois alunos em cada turma que por se destacarem, passam a auxiliar os professores e os colegas nas atividades relativas ao uso de tecnologias (LOMONACO e SILVA, 2013).

Além dos alunos, os pais também são capacitados pelo Projeto Escola de Pais, que tem o objetivo de aproximar as famílias da escola, para uso das tecnologias, buscando auxiliá-los na supervisão de seus filhos quanto à navegação em *sítes* seguros, uma vez que, a partir do 6º ano, no caso de atividades com uso de computador, os alunos levam para casa o *laptop*, assim como os livros, para realizá-las, com autorização da direção da escola (LOMONACO e SILVA, 2013).

Em Pernambuco, uma experiência que merece destaque e não está relatada nessa publicação do CENPEC é o Programa de Educação Integral do Ensino Médio, criado pelo governo do estado, em 2008. Dutra (2013) informa que, em 2013, o referido Programa funcionava com 260 Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), sendo 122 escolas com atendimento a estudantes, durante cinco dias da semana, em horário integral, e professores com jornada de 40 horas semanais, e 138 escolas em jornada semi-integral, ou seja, atendendo estudantes, durante dois dias da semana, e professores com jornada de 32 horas semanais.

Conforme a Lei Complementar Estadual nº 125/2008 e legislações posteriores, os professores das escolas de jornada integral têm direito à gratificação de 199% do valor do salário base, e os professores das escolas semi-integrais têm gratificação de 159% do valor do salário base, como estímulo à dedicação exclusiva dos profissionais nessa modalidade de ensino. Os professores pertencentes ao quadro de magistério do estado ingressam nas EREMs por meio de seleção interna simplificada e têm seu desempenho avaliado semestralmente. No caso de avaliação insatisfatória, esses professores podem ser desligados dessas escolas e retornarem à rede de ensino regular (PERNAMBUCO, 2008b).

Essas escolas têm em sua matriz curricular a disciplina de empreendedorismo, que, segundo Dutra (2013), tem como objetivo integrar o conhecimento ao mundo de trabalho, ou seja, ressignificando o tempo pedagógico e possibilitando “a integração entre o ensino propedêutico e o profissional, auxiliando o jovem na construção de um conhecimento que tenha relação com o mundo de trabalho” (DUTRA, 2013, p. 62).

O Programa que integra a Política da Educação Integral de Pernambuco tem sua fundamentação teórico-metodológica no conceito de Educação Interdimensional, que foi reestruturado por Costa (2008), cuja proposta é o desenvolvimento humano em quatro dimensões integradoras, quais sejam: o *logos* (razão), o *pathos* (afetividade), o *eros* (corporeidade) e o *mythos* (espiritualidade).

De acordo com Dutra (2013), além da filosofia da Educação Interdimensional, é adotada a Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão de Resultados (TEAR), tendo como princípio a formação permanente dos gestores, professores e cargos comissionados. Esses profissionais ao ingressarem nas escolas do Programa de Educação Integral, após serem aprovados em processo seletivo, “participam de

duas formações: uma voltada à filosofia da Educação interdimensional e outra à Tecnologia Empresarial Aplicada a Resultados” (DUTRA, 2013, p.30).

As Escolas de Referência em Ensino Médio, por meio da metodologia de projetos, desenvolvem de forma integrada no currículo, dentre outras áreas, projetos na área de tecnologia. Os projetos incluem robótica com sucata, produção de vídeo, jornal escolar, rádio escolar, uso de *softwares* livres e aplicativos, etc, que são socializados para toda a rede de ensino, por meio de Mostras de Inovações Pedagógicas realizadas anualmente.

Outra experiência com uso de tecnologias em escolas de tempo integral é o Projeto Ginásio Experimental de Novas Tecnologias Educacionais (GENTE), resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação do Rio, o Ministério da Educação e empresas, fundações e institutos sociais. Na Escola Municipal André Urani, da rede municipal do Rio de Janeiro, o projeto iniciou em 18 de fevereiro de 2013 e encontra-se em fase experimental. A escola possui uma capacidade instalada para receber 230 alunos e foram matriculados 180, no ano de 2013, no ensino fundamental do 7º ao 9º ano, no horário das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira, e os professores possuem dedicação exclusiva com carga-horária de 40 horas semanais. A escola localiza-se na zona sul do Rio de Janeiro, na favela da Rocinha e com a implantação do projeto passa a denominar-se Ginásio Experimental de Novas Tecnologias Educacionais André Urani - GENTE. A infraestrutura física da escola foi modificada, passando a ter grandes espaços abertos ao invés de salas de aula e quadros negros, além de mesas hexagonais modulares com capacidade para 6 alunos, que podem ser organizadas inclusive para uso individual, dependendo das atividades a serem desenvolvidas. A utilização do espaço passa a fazer parte do projeto pedagógico da escola, visando trabalhar a autonomia dos alunos (RIO DE JANEIRO, s.d.).

Para a proposta de escola que busca se apropriar de novas tecnologias educacionais, os principais pilares do Projeto GENTE são: Ensino personalizado, Projetos Transdisciplinares, Avaliação baseada em competências, Uso de Tecnologia Digital e um Currículo Expandido para a criação do eu e do meio com habilidades cognitivas e não cognitivas (RIO DE JANEIRO, s.d.).

O projeto reforça a concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) quanto à formação dos alunos ao considerá-los como:

usuários qualificados das tecnologias da informação; pessoas que buscam, analisam e avaliam a informação; solucionadores de problemas e tomadores de decisões; usuários criativos e efetivos de ferramentas de produtividade; comunicadores, colaboradores, editores e produtores; cidadãos informados, responsáveis e que oferecem contribuições (RIO DE JANEIRO, s.d., p.6).

O educador na concepção do projeto GENTE deve atuar como

arquiteto da aprendizagem, um líder, um organizador e um co-autor de acontecimentos, atuando junto aos jovens, oferecendo-lhes espaços e condições para o desenvolvimento pleno de seu potencial nas dimensões da racionalidade, da afetividade, da corporeidade e da espiritualidade (RIO DE JANEIRO, s.d., p.8).

Além das disciplinas regulares, existem seis disciplinas eletivas: robótica, ginástica rítmica, natação, teatro, produção de videocliques e cinema, dentre as quais os estudantes podem escolher uma. Outras disciplinas eletivas serão acrescentadas ao currículo da escola, a partir do segundo semestre de 2014 (RIO DE JANEIRO, s.d.).

Assim como o Programa de Educação Integral de Pernambuco, relatado anteriormente, a visão de Educação do Projeto GENTE é de uma educação interdimensional, ou seja, que aponta para uma visão mais abrangente do ser humano.

O projeto utiliza a plataforma digital Educopédia¹¹ criada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e também é utilizada por outras escolas municipais do Rio de Janeiro. A Educopédia é disponibilizada na internet com aulas digitais que incluem atividades com vídeos, animações, textos, *podcasts*, *quizes* e jogos, com base nas orientações curriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, observando as habilidades e descritores que devem ser desenvolvidos no itinerário formativo do aluno. A plataforma possui a Educoteca, na qual podem ser armazenadas e compartilhadas as produções de alunos e professores usuários, além da Máquina de Testes, que é um sistema de avaliação com um banco de questões de múltipla escolha, preparadas pelos professores da

¹¹ A Educopédia é uma plataforma *online* colaborativa de aulas digitais, criada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Para acesso de visitantes o endereço é: <http://www.educopedia.com.br/Index.aspx>.

rede municipal. A Máquina de Testes é utilizada em avaliação diagnóstica, ao final de cada conteúdo estudado, ao final de cada semana de estudos e em avaliações bimestrais, servindo para o acompanhamento do desempenho das escolas municipais (RIO DE JANEIRO, s.d.).

As duas últimas experiências, ou seja, o Programa de Ensino Médio Integral e o Projeto GENTE estão incluídas como políticas públicas no estado de Pernambuco e no município do Rio de Janeiro, respectivamente. Há contínuos investimentos em infraestrutura das escolas, formação de recursos humanos e monitoramento das ações.

Diante do exposto, não há como desconsiderar que ações bem planejadas, com acompanhamento sistemático e com o uso das tecnologias na educação integral podem constituir-se em excelentes possibilidades para a construção de aprendizagens significativas das crianças e adolescentes.

2.3 A implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME: contexto e desafios em Pernambuco

A organização do PME no estado de Pernambuco, embora venha atendendo ao aumento de adesão de escolas, dificuldades de ordem operacional interferem na qualidade da oferta do Programa seja no âmbito da coordenação do programa na Secretaria de Educação, na GRE ou no âmbito da escola, que se refletem diretamente na implementação das atividades relativas ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. Nessa pesquisa tomou-se a escola escolhida como um exemplo para a investigação de como se dá a implementação das atividades do referido macrocampo.

Em todos os anos de desenvolvimento do PME, conforme informações constantes no SIMEC e depoimentos dos entrevistados, as atividades foram realizadas no interior da escola. Em relação às atividades do(s) macrocampo(s) relativos ao uso de mídias e cultura digital, foram desenvolvidas no laboratório de informática da escola. Entretanto, a compreensão da escola sobre a cultura digital e uso de mídias parece incipiente, denotando desconhecimento dos propósitos de uma formação que vá para além do uso técnico de equipamentos e programas,

numa visão meramente tecnicista das tecnologias na escola. Essa compreensão é expressa tanto por parte da gestão como pela equipe técnico-pedagógica e monitoria do programa. O depoimento do diretor da escola demonstra essa compreensão ao ser questionado sobre como ele avaliava a implementação das atividades do macrocampo:

Eles fazem oficinas desde o básico do uso do *Windows*, *Word*, o *Excel*, de como pesquisar. Então, tudo assim basicamente, a gente dá um “ponta pé” pra que eles possam, por si só começar a manusear, pesquisar sozinhos (Diretor, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Não se pretende desmerecer a importância da técnica, mas é importante atentar para as finalidades. De acordo com Freire (2005, p.98), “a educação não é redutível à técnica, mas não se faz educação sem ela. [...] Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê”. Assim, o uso das TICs na escola deve caracterizar-se não como fim em si mesmas, mas como meio na perspectiva da criação de “rede de conhecimentos”, as quais constituem-se a partir das interações do homem com o meio, quando ele atua sobre os objetos, retirando informações que lhe são significativas e incorporando-as à sua rede e, conseqüentemente, “transformando o meio e sendo transformado por ele” (ALMEIDA, 2005, p. 71).

Nesse sentido, Bonilla (2009) ao se referir à incorporação das tecnologias no contexto escolar, defende que a escola precisa aprofundar o conceito que tem sobre as mesmas. Para isso, deve ser uma comunidade aprendente, na qual professores, comunidade e a própria instituição sejam atores e autores do permanente processo de aprendizagem em fluxo. Ou seja, oportunizando a participação, questionamento, produção de conhecimento e transformação da dinâmica social, por meio de uma estrutura em redes, potencializadora de processos horizontais e não-lineares, e que utiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) não como meros recursos, mas de forma criativa e estruturadora de novas territorialidades.

Porém, sabe-se que a gestão das tecnologias na escola é um desafio posto diante das ressignificações, potencialidades e possibilidades oferecidas por estas e suas relações, em um contexto no qual se apresentam:

[...] novos estilos de saber que emergem de uma ecologia cognitiva em formação, numa prática cotidiana da escola, de forma que a

escola possa inserir-se nesse novo mundo, nessa nova cultura, nesse novo logos (BONILLA, 2009, p.11).

Para tanto, ainda Bonilla considera que a escola precisa permitir-se desestruturar pelas mudanças provocadas pelas tecnologias fazendo desse processo um ato de criação, no qual esta se insira no mundo dos alunos, constituindo-se em uma escola aprendente que potencialize tanto nos alunos, quanto nos professores e na própria instituição “a produção de informação, conhecimento e cultura, a troca de experiências e ideias, os processos de aprendizagem” (BONILLA, 2009, p.11-12).

Nessa direção, dentre outros depoimentos dos entrevistados da Escola Estadual Y, pode-se destacar o da vice-diretora que reflete um pouco da preocupação com a necessidade de mudança de concepção e postura dos profissionais para que a escola seja de fato, assim como entende Bonilla (2009), com capacidade de adaptar-se e integrar-se, buscando novos meios, recursos e competências para lidar com novas situações de forma criativa, para que ao mesmo tempo outras situações se apresentem e contribuam de forma colaborativa para a construção das aprendizagens.

[...] acho que a gente ainda tá engatinhando mesmo, a gente tem que entender assim, que a escola é um lugar de aprendizagem e que essa aprendizagem tem que servir pra vida do aluno. [...] Porque se a gente quer que a escola faça sentido pra vida do aluno, a gente tem que buscar meios, principalmente, em termos de tecnologia. [...] é a cultura deles, a tecnologia faz parte da vida do aluno. [...] a gente sabe que existe realmente a dificuldade, mas também existe a necessidade de mudança que ela não tá ainda em todos, né? (Vice-diretora, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Contudo, muitas vezes a implementação das políticas tem mostrado outros caminhos que não corroboram com essa prática de aprendizagem e cooperação, uma vez que é na implementação das políticas em que se dá:

o teste da realidade, o lugar da ação. [...] é a hora de verificar o quanto a política é crível, como ela vai se rotinizar e também porque ela precisa passar no teste dos usuários finais, os beneficiários de determinada ação (CONDÉ, 2012, p.91).

Para isso, é de fundamental importância que aqueles que implementam a política compreendam o texto da política. Sob esse aspecto, um dos problemas identificados foi a falta de compreensão e conhecimento dos propósitos e concepções do PME, por parte da escola, conforme apresentado no capítulo 1 dessa pesquisa.

Ball e Bowe¹² (1992 *apud* MAINARDES, 2006), em sua abordagem sobre o ciclo de políticas na área de políticas educacionais, enfatizam os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, indicando a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. O ciclo de políticas é contínuo, constituído por três contextos: o contexto da influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. Esses contextos são inter-relacionados, não sequenciais e não lineares, envolvendo disputas e embates. No contexto de influência, os conceitos são legitimados, influenciando as finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. O contexto da produção de texto representa a política e está articulado com a linguagem do interesse público mais geral. Segundo os autores, ainda que as políticas sejam intervenções textuais, carregam limitações materiais, possibilidades e suas consequências são vivenciadas dentro do contexto da prática, pois, é no contexto da prática que as políticas estão sujeitas à interpretação. Assim, considera-se que, na implementação, os atores diretamente envolvidos precisam ter consciência de sua atuação na política ou programa, além das condições em que se dá a implementação.

A falta de monitoramento adequado por falta de recursos humanos suficientes na equipe da GRE para atender ao universo de escolas que participam do PME, foi relatada por grande parte dos entrevistados da GRE Metropolitana Norte, como dificuldade para a ida da equipe à Escola Estadual Y e o devido acompanhamento às atividades desenvolvidas. Percebe-se esse fato como uma falha na implementação do PME, uma vez que segundo Condé (2012, p.96), deve-se observar para que “monitoramento e avaliação, inclusive com seus instrumentos, estejam previstos e considerados no desenho da política (ou do programa, ou do

¹² Mediante o fato de não ter sido possível consultar os textos originais de Ball e Bowe, nessa dissertação mencionam-se esses autores referendados por Mainardes (2006), em seu artigo “Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais”.

projeto)”, pois o monitoramento existe para o acompanhamento da implementação, verificando o cumprimento das ordenações e corrigindo erros.

Embora o monitoramento seja uma atribuição prevista no Manual Operacional de Educação Integral – 2013, tanto para o nível da escola, como das Secretarias de Educação, no caso da SEE/PE, muito ainda precisa ser feito para o cumprimento dessa orientação. Ademais, formas de monitoramento podem ser previstas também com uso de sistemas informatizados.

Apesar das GREs receberem orientação da SEE/PE para acompanhamento às escolas, muitos aspectos precisam de um melhor controle dos processos, como por exemplo, a frequência dos alunos nas atividades que as escolas cadastram. Observou-se, em um dos depoimentos da coordenação do PME na GRE Metropolitana Norte que, no Plano de Atendimento que as escolas preenchem, ainda não é feito um controle do quantitativo de alunos cadastrados em relação à frequência destes, apesar de existirem mecanismos para isso na SEE/PE, como o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco - SIEPE, um sistema que foi implantado em 2011, na rede estadual de Pernambuco com o objetivo de:

informatizar todos os processos educacionais relacionados à vida escolar dos estudantes, à vida funcional dos professores e demais servidores e colaboradores, bem como as informações relativas à rede física, equipamentos, mobiliários, cumprimento do calendário letivo, do currículo escolar, boletim pedagógico, rendimento das escolas, frequência dos estudantes etc. As informações disponibilizadas pelo SIEPE são monitoradas e avaliadas sistematicamente, visando à melhoria dos processos educacionais (PERNAMBUCO, 2012, p. 43).

A coordenação do PME na GRE quando questionada sobre a implementação do macrocampo de Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica nas escolas jurisdicionadas à GRE Metropolitana Norte, refere que uma adequação necessária, mas ainda não efetivada é o controle da frequência dos alunos.

[...] colocando o Mais Educação no SIEPE vai se visualizar a frequência dos alunos. [...] cadastramento desses alunos de acordo com a frequência. Se a escola não mantém uma frequência x, se ela tá dizendo que tem 150 alunos cadastrados, mas só vai a metade, então, no ano seguinte não vai cadastrar aquela quantidade, não tem demanda pra isso, então, diminui (Coord.GRE, entrevista cedida em 05 de novembro de 2013).

Outros aspectos destacados pelos entrevistados dessa pesquisa, além do monitoramento precário são a importância da formação dos que desenvolvem as atividades do macrocampo e a importância da relação dessas atividades com o projeto político pedagógico da escola.

Houve algumas iniciativas da escola campo dessa pesquisa quanto à formação de seus monitores para atendimento da demanda do PME. O seguinte depoimento refere-se ao tipo de iniciativa que a escola teve, considerando que o monitor não tem formação pedagógica, sendo uma pessoa da comunidade com conhecimento de informática.

[...] ele já ajudava a escola com os computadores quando davam problema, até mesmo a gente ofereceu a ele um curso gratuito de conserto de mídias e ele fez, entendeu? Então, é uma pessoa que já estava dentro da escola e tinha o conhecimento da informática (Secretária da Escola, entrevista cedida em 11 de outubro de 2013).

Conforme outros depoimentos apresentados no capítulo 1 dessa pesquisa, os próprios monitores expressam que há necessidade de formação específica para desenvolverem as atividades do macrocampo.

O Manual Operacional de Educação Integral - 2014 contém ementas dos macrocampos e das atividades. O macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica busca articular os campos de educação e de comunicação para fins pedagógicos, com vistas à construção de “redes virtuosas de comunicação e comunicadores firmadas em práticas colaborativas e democráticas” (BRASIL, 2014a, p.9).

Dessa forma, entende-se que essa compreensão precisa chegar às escolas para que estas ampliem as suas possibilidades de desenvolvimento das atividades do PME com uso das TIC para além do laboratório de informática, compreendendo outros espaços da escola como ambientes de aprendizagem, nos quais as atividades do PME são desenvolvidas. Inclusive é orientação do PME que a atividade Tecnologias Educacionais do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica seja integrada às áreas do conhecimento e às atividades de outros macrocampos escolhidos pela escola (BRASIL, 2014a).

Considerando os problemas identificados e com base na análise até aqui apresentada, propõe-se para o próximo capítulo, a apresentação de um Plano de

Ação Educacional, que tem como atores diretamente envolvidos, as equipes de coordenação na SEE/PE e GRE Metropolitana Norte.

3 PROPOSIÇÕES PARA A MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS, CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA DO PME NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PERNAMBUCO

Neste capítulo apresenta-se um Plano de Ação Educacional (PAE) com vistas à melhoria da implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do Programa Mais Educação. Para tanto, foram consideradas três proposições para compor o referido Plano: Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME, Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação e Monitoramento Integrado na SEE/PE.

Ressalta-se que, de acordo com os problemas relatados pelos entrevistados na implementação do PME com foco no macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, tomando como exemplo a Escola Estadual Y, do município de Paulista/PE, pertencente à GRE Metropolitana Norte, verificou-se a necessidade de equacionar as dificuldades encontradas, quer seja no âmbito da SEE/PE, das Gerências Regionais de Educação ou das próprias escolas.

Por isso, considera-se que as ações propostas nesse PAE, embora tenham tomado como base a situação da Escola Estadual Y, cujo critério de escolha para a pesquisa foi, como já esclarecido, a sua adesão ao macrocampo em todos os anos, desde a implantação do PME no estado, podem se constituir em possíveis caminhos para a melhoria da implementação do macrocampo em outras escolas da rede estadual que também o desenvolvem.

3.1 Proposição 1: Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME

Diante das dificuldades na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica analisadas na Escola Estadual Y, bem como com base nos relatos das coordenações do PME na SEE/PE e GRE Metropolitana Norte, propõe-se para esse PAE uma ação de formação para os monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e

Tecnológica de todas as escolas estaduais de Pernambuco que desenvolvem o PME. Essa ação teria a coordenação direta da SEE/PE junto às 17 GREs do estado.

Levando em conta que existe uma ação de formação do macrocampo Acompanhamento Pedagógico, com atenção para as atividades relacionadas aos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, que algumas equipes de acompanhamento do PME nas GREs realizam, considerou-se que similarmente seria possível uma formação para os monitores das escolas que fazem adesão ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

A carga-horária da formação poderá ser de 4 ou 8 horas, em encontros bimensais realizados em escolas-polo nos municípios, congregando os monitores das escolas próximas ou nas GREs, sendo ministrada por profissionais disponíveis das equipes da SEE/PE e GREs.

De acordo com a Lei nº 11.461, de 22 de julho de 1997, art. 2º, Incisos II e III, cujos valores para pagamento de hora-aula aos formadores foram reajustados pela Lei nº 13.694, de 18 de dezembro de 2008, os profissionais das equipes da SEE/PE e GREs que trabalham em horário integral e ministrarão a formação dentro de seu horário normal de expediente, não farão jus ao recebimento de hora-aula, o que justifica que a formação não importará em recursos financeiros para esse fim. A inviabilidade se justifica em virtude de não disporem de tempo para reposição, em seu local de trabalho, do expediente utilizado na atividade de capacitação, uma vez que essas instituições não oferecem o terceiro turno de funcionamento. Sendo assim, a formação não importará em liberação de recursos financeiros destinados para pagamento de hora-aula desses profissionais.

Na Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE) da SEE/PE, a Unidade de Educação a Distância, Leituras e Linguagens (UEDLL) que compõe a Gerência de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (GEIF) e acompanha as Bibliotecas Escolares (BE), as Centrais de Tecnologia Educacional (CTE) e os laboratórios de informática nas escolas, bem como os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) nas GREs, seriam as equipes diretamente responsáveis pelo planejamento e execução dos encontros de formação dos monitores do macrocampo, considerando os cronogramas de cada GRE.

Os conteúdos das formações versariam sobre as temáticas das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, contemplando metodologia participativa e avaliações contínuas.

Ressalta-se que, conforme o Manual Operacional de Educação Integral – 2014, o macrocampo deve ser trabalhado com ênfase na comunicação de forma criativa e inovadora no espaço escolar, incluindo a utilização das múltiplas linguagens artísticas, dentre as quais encontram-se a fotografia e o vídeo, para a abordagem de temas estruturantes e transversais como Educação em Direitos Humanos, Ética e Cidadania e Promoção da Saúde. Portanto, com base nas ementas das atividades do macrocampo, constantes no referido manual, propõem-se, conforme o Quadro 3, os conteúdos para a formação em cada atividade respectivamente.

Quadro 3 – Sugestão de conteúdos para a formação continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME

Atividade do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica	Sugestão de conteúdos para a formação
Ambiente de Redes Sociais	-Criação de <i>blogs</i> e utilização do <i>facebook</i> como meios de socialização das produções artístico-culturais dos estudantes.
Fotografia	-Códigos e linguagens da fotografia. -Orientações para elaboração de mostra fotográfica.
História em Quadrinhos	-Utilização do <i>software</i> <i>HagáQuê</i> para a produção de projetos educativos.
Jornal Escolar	- Orientações para elaboração de jornal escolar impresso e digital.
Rádio Escolar	- Orientações para construção de projeto de rádio escolar.
Robótica educacional	-Orientações para elaboração de projeto didático com uso da robótica. -Orientação para utilização do kit de montagem.
Tecnologias Educacionais	- Orientações para criação de projetos didáticos interdisciplinares com uso das tecnologias eletrônicas e digitais disponíveis nas escolas.
Vídeo	-Criação de roteiros, filmagens e projetos didáticos sobre leitura de imagem.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Esses conteúdos serviriam como sugestões enviadas pela SEE/PE às equipes das GREs para a elaboração do Plano de Formação de acordo com a realidade de cada GRE. Para tanto, cada GRE faria a adequação dos conteúdos de acordo com os Planos de Ação do PME de cada escola, observando as atividades por elas escolhidas.

Outra articulação dos conteúdos poderia ser feita com vistas à integração do currículo, considerando os descritores das matrizes de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE). Dessa forma, o plano de formação incluiria a articulação das atividades do macrocampo, a partir das dificuldades de aprendizagem dos alunos nos componentes curriculares.

Apresenta-se o Quadro 4, referente à síntese dessa ação.

Quadro 4: Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME

O que?	Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.
Quem?	Equipes de coordenação do PME na GEIF/SEDE e GREs.
Por que?	Essa ação justifica-se pela falta de formação específica para os monitores que desenvolvem o macrocampo.
Onde?	Dependendo da realidade de cada GRE, a formação poderia ser ministrada na GRE ou em escolas escolhidas para serem escolas - polo nos municípios onde existem escolas com adesão às atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.
Quando?	Com início no primeiro semestre de 2015, essa ação deverá ter uma periodicidade bimensal, durante todo o ano.
Como?	A partir da renovação dos cadastros das escolas que desenvolvem o PME, no PDDE interativo, com inclusão do macrocampo em seus Planos de Atendimento e adesão das novas escolas em 2014, deverá ser verificado pelas GREs junto às escolas, o quantitativo de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica. As equipes do PME nas GREs juntamente com a equipe de coordenação do PME na SEE/PE devem elaborar um plano de formação, considerando o elenco de conteúdos sugeridos nesse PAE, conforme Manual Operacional de Educação Integral - 2014, com duração de 4 horas ou 8 horas por encontro, dependendo do contexto de cada GRE. As formações poderão ser realizadas em escolas-polo ou na própria GRE. Além das formações ministradas pelas equipes da SEE/PE e das GREs, grupos de escolas também podem se articular para coletivamente contratar um profissional para a formação.
Quanto?	As formações ministradas pelas equipes da SEE/PE e das GREs dispensam o pagamento de hora-aula aos profissionais com carga-horária integral de trabalho, incluindo apenas o pagamento de diárias, dependendo da carga-horária e local da formação. No caso de grupos de escolas que queiram contratar um profissional para a formação, de acordo com o Manual Operacional de Educação Integral - 2014, existe recurso previsto como custeio no valor de R\$ 1.000,00 por escola, para a atividade de Tecnologias Educacionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

3.2 Proposição 2: Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação

Propõe-se a construção de um instrumento para apoio ao monitoramento das atividades do PME desenvolvidas pelas escolas, que serviria para o registro das atividades e da frequência dos alunos do Programa Mais Educação, denominado Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação. Tendo como objetivo apresentar orientações gerais sobre os macrocampos do PME e suas respectivas atividades, bem como constituir um memorial de registro de cada monitor do PME das escolas, no referido instrumento constariam: o planejamento, as atividades desenvolvidas mensalmente e a frequência por turma de alunos matriculados no PME. Sua criação justifica-se também porque na rede estadual de educação de Pernambuco o registro da frequência dos alunos do PME é feito informalmente. Apenas algumas GREs fazem esse controle, a exemplo da GRE Agreste Meridional, que envia às escolas de sua jurisdição, por elaboração própria, Ficha de Presença dos Estudantes do Programa Mais Educação.

De acordo com a Orientação para Funcionamento do Programa Mais Educação enviada pela SEE/PE às GREs, o professor coordenador na escola deve acompanhar a frequência dos alunos, inclusive consultando as famílias sobre os motivos das faltas desses, bem como acompanhar o desenvolvimento das atividades dos monitores, informando à direção da escola sobre alguma irregularidade (PERNAMBUCO, 2013a). Para tanto, um instrumento de registro poderia auxiliar na sistematização dessas informações para uma melhor implementação das atividades do PME.

A elaboração do referido instrumento sob a responsabilidade da Gerência de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (GEIF), da SEE/PE, onde o PME é coordenado, seguiria o trâmite apresentado na Figura 1.

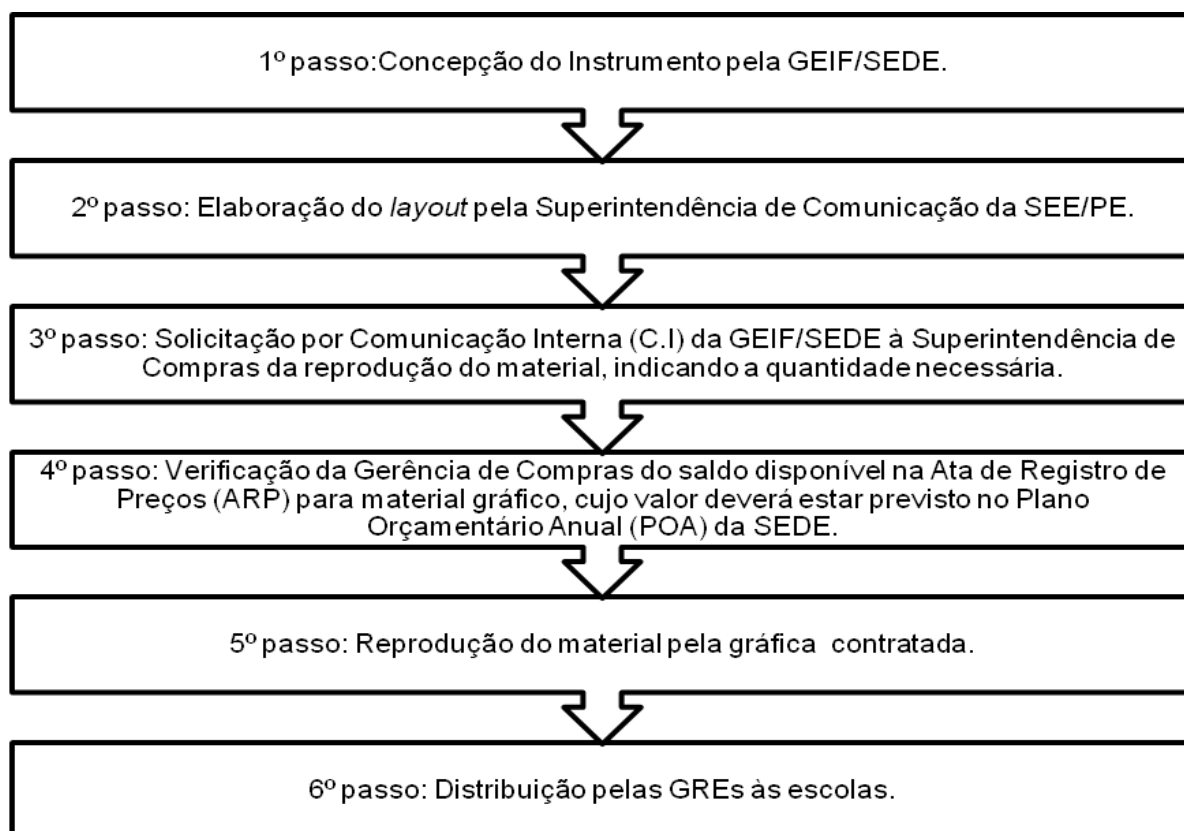


Figura 1: Fluxograma da elaboração à distribuição às escolas do Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação
 Fonte: Elaborada pela autora (2014).

A elaboração do Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação teria a previsão para o primeiro semestre de 2015, quando seria incluído no Plano Orçamentário Anual (POA) da SEE/PE, dentre as ações da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE), e, da elaboração à distribuição às escolas, teria uma duração de dois meses.

Para tanto, no Quadro 5, está exposto o detalhamento dessa ação.

Quadro 5: Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação

O que?	Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação
Quem?	GEIF/SEDE/SEE-PE
Por que?	Apoio ao monitoramento das escolas do PME, contribuindo para a melhor sistematização das atividades dos macrocampos do Programa nas escolas, bem como para o melhor acompanhamento e registro da frequência dos alunos em um instrumento padronizado para toda a rede estadual.
Onde?	O instrumento ao ser criado pela SEE/PE, sob a responsabilidade da GEIF/SEDE, deverá ser distribuído pelas GREs às escolas onde o PME é desenvolvido, para todos os monitores do Programa.
Quando?	O instrumento deverá ser elaborado no 1º semestre de 2015, cumprindo um prazo máximo de 02 meses da elaboração à distribuição as escolas.
Como?	Deverá ser verificado o quantitativo de escolas que farão adesão às atividades do PME, em 2014. As GREs deverão enviar à GEIF, o quantitativo de turmas por escola para que a quantidade correspondente de instrumentos possa ser providenciada. Sendo feita a concepção do instrumento pela equipe de coordenação do PME, na GEIF, esta deve ser enviada à Superintendência de Comunicação da SEE/PE que deverá elaborar o <i>layout</i> com as logomarcas oficiais, além de conformá-lo ao padrão de materiais do tipo, utilizado pela SEE/PE. Depois de pronto o <i>layout</i> , sendo aprovado pela SEDE/GEIF, deverá seguir para a Superintendência de Compras da SEE/PE para as providências cabíveis quanto à reprodução do instrumento, por meio de Ata de Registro de Preços (ARP).
Quanto?	Os recursos para reprodução do instrumento, conforme formato e quantidade, devem estar previstos no POA da SEDE/SEE-PE para 2015, no item outros, referente às ações de aquisição de materiais.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

3.3 Proposição 3: Monitoramento Integrado na SEE/PE

Considerando as dificuldades de monitoramento pelas equipes de coordenação do PME na SEE/PE e nas GREs, uma ação que contribuiria para o fortalecimento do Programa, seria a integração da equipe da SEDE/GEIF à Secretaria Executiva de Gestão da Rede (SEGE) e à Gerência Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (GGTIC) responsável na SEE/PE por várias ações de implantação, implementação, manutenção e acompanhamento das tecnologias nas escolas. Como uma gestão compartilhada das informações gerenciais do PME, propõe-se o monitoramento integrado das turmas do PME pela SEE/PE e GREs, com especial atenção àquelas escolas com turmas do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

Nessa medida, a GGTIC em sua Gerência de Informações, Software e Aplicativos (GISA), possui uma coordenação de informações educacionais que

dentre as suas atribuições cabe-lhe administrar os bancos de dados e aplicações da SEE/PE. Uma das aplicações administradas é o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE).

Portanto, por meio do SIEPE é possível a GGTIC e GREs realizarem o monitoramento das turmas do PME nas escolas, verificando quantidade de turmas e alunos das escolas. O SIEPE por meio do módulo de criação de turmas, enturmação de alunos e atribuição de aulas aos monitores do PME realiza um diagnóstico mais detalhado do que o PDDE Interativo, uma vez que este último apenas informa o total geral de alunos atendidos no PME.

No entanto, verificou-se junto à equipe de analistas da GISA que as escolas que desenvolvem o PME não têm as turmas diversificadas participantes do PME, criadas no SIEPE. Segundo informações coletadas pelos técnicos da GISA, em 2013, apenas uma escola estadual rural do município de Jatobá, pertencente à GRE Sertão do Submédio São Francisco, criou turmas diversificadas do PME no SIEPE. Diante disso, a comunicação da SEE/PE junto às GREs para que essa funcionalidade seja mais bem utilizada, auxiliando o monitoramento do PME seria uma ação a ser desenvolvida.

Além dessa ação, verificou-se junto à equipe de analistas da GISA que o SIEPE não possui as funções de criação de quadro de horário e registro de frequência das turmas diversificadas do PME. Diante disso, propõe-se a criação dessas funções no SIEPE. Para tanto, é necessária a solicitação da GEIF/SEDE para a SEGE que coordena junto às GREs as ações do SIEPE.

Destaca-se que a empresa contratada pela SEE/PE, desenvolvedora do SIEPE, foi a AUGÉ Educacional. Para a ampliação de funcionalidade do SIEPE, a SEGE deverá solicitar à AUGÉ Educacional que, por sua vez, realizará o desenvolvimento da solução.

A Figura 2 descreve a execução da ação para a ampliação de funcionalidades do SIEPE.

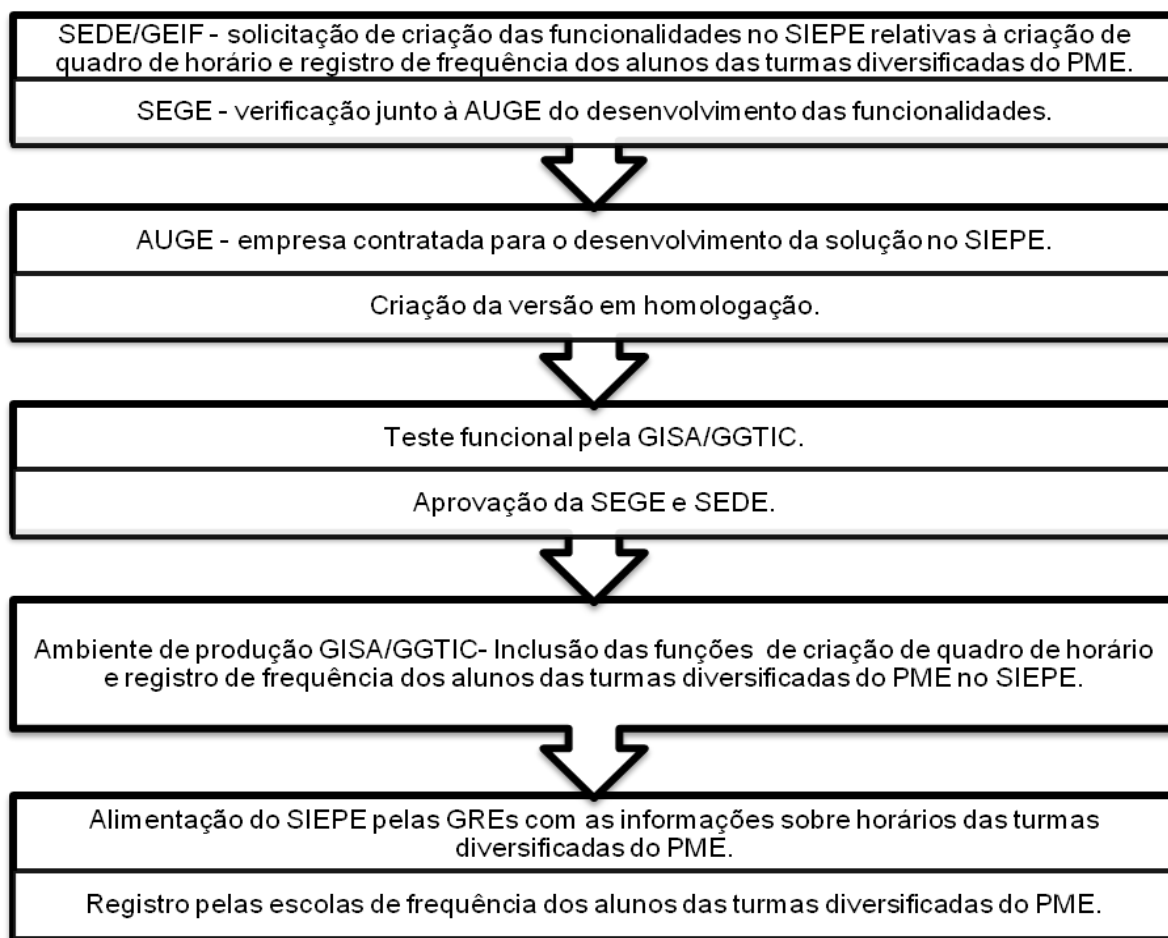


Figura 2: Fluxograma para ampliação de funcionalidades do SIEPE relativas à criação de quadro de horário e registro de frequência para as turmas diversificadas do PME
Fonte: Elaborada pela autora (2014).

O SIEPE também pode auxiliar na socialização das experiências bem sucedidas de escolas, que serviriam de auxílio, orientação e incentivo a outras escolas na superação de possíveis dificuldades na implementação das atividades do PME. Informações sobre projetos e programas desenvolvidos pela SEE/PE também podem ser divulgadas no Portal SIEPE. Assim, um espaço específico para o PME poderia ser criado, disponibilizando orientações sobre o programa e materiais para formação.

Além dessas ações, considerando os depoimentos dos entrevistados da Escola Estadual Y, relatados no capítulo 1 dessa pesquisa, a dificuldade de acesso à internet poderia ser solucionada a partir de solicitação da GEIF à GGTIC de um acompanhamento com prioridade de chamados de *help desk*, junto ao consórcio de empresas contratadas, para as escolas do PME.

O Quadro 6 demonstra como se estrutura o conjunto de ações que compõe o monitoramento integrado proposto nesse PAE.

Quadro 6: Monitoramento Integrado na SEE/PE

O que?	Monitoramento Integrado na SEE/PE
Quem?	Essa ação integra a participação de gerências da SEE/PE, das GREs e equipes das escolas do PME.
Por que?	Ampliação e fomento ao monitoramento integrado pela SEE/PE.
Onde?	SEE/PE (SEDE/GEIF;SEGE;GGTIC/GISA), GREs, Escolas.
Quando?	Durante todo o período de execução das atividades do PME nas escolas
Como?	Utilização do SIEPE como um sistema de comunicação e registro de informações das escolas do PME, com a criação das turmas diversificadas, enturmação dos alunos, criação de quadro de horário e registro da frequência. Socialização das experiências das escolas com uso das tecnologias, a partir das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica desenvolvidas nas escolas, podendo ser ampliadas para outras atividades de outros macrocampos. Comunicação da SEDE/GEIF à GGTIC para priorização dos chamados para manutenção dos <i>links</i> de internet nas escolas do PME.
Quanto?	O custo total estimado será de R\$ 12.000,00 para o desenvolvimento das funcionalidades de quadro de horário e registro de frequência das turmas diversificadas no SIEPE. Sem custos adicionais para a prestação de serviços de manutenção dos <i>links</i> de internet das escolas pelo consórcio de empresas contratado pela SEE/PE.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

O Quadro 7, a seguir, constitui-se no resumo desse PAE.

Quadro 7: Resumo do PAE

Ações O que?	Justificativa Por quê?	Descrição da Ação Como?	Executores Quem?	Custo Quanto?	Tempo Quando?	Local Onde?
Formação Continuada de monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.	Inexistência de formação para os monitores que trabalham com o macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME.	Encontros de formação sobre os conteúdos disponíveis para cada atividade do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME sob a coordenação conjunta das equipes do PME na SEE/PE e 17 GRES.	Equipes da SEE/PE – GEIF/UEDLL Núcleos de Tecnologia Educacional das 17 GRES.	Diárias para as equipes da SEE/PE e GRES, de acordo com a carga-horária e local da formação. Recurso do PME: R\$ 1.000,00 por escola para contratação de profissional.	Bimensal, a partir de 2015.	Escolas-polo – GRES NTE
Criação de Instrumento de Registro de Frequência e Atividades do Programa Mais Educação.	Apoio e fortalecimento ao monitoramento das atividades do PME desenvolvidas pelas escolas.	Elaboração de instrumento.	Equipe do PME da GEIF/SEDE	Recursos Internos da SEE/PE previstos no Plano Orçamentário Anual (POA).	Primeiro semestre de 2015 – elaboração, e reprodução Segundo semestre de 2015- distribuição às escolas do PME	SEE/PE
Monitoramento Integrado na SEE/PE.	Fortalecimento do monitoramento às escolas com turmas do PME.	Intensificação da criação de turmas diversificadas do PME. Ampliação de funcionalidade do SIEPE com criação de quadro de horários e registro de frequência para as turmas diversificadas do PME. Criação de espaço no Portal SIEPE para a socialização de experiências das escolas. Manutenção da <i>internet</i> das escolas do PME.	SEDE/GEIF/ GGTIC/GRE AUGÉ Educacional Consórcio de empresas.	Dispensa de gastos adicionais. R\$ 12.000,00 (Doze mil Reais). Dispensa de gastos adicionais. Dispensa de gastos adicionais.	Durante todo o período de execução do PME.	SEE/PE GRES Escolas. SIEPE

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Integral no Brasil, que contou com muitas mobilizações da sociedade civil organizada na década de 1980 e de setores considerados progressistas, é reafirmada na legislação com a Constituição Federal de 1988 nos artigos 205, 206 e 227 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9.394/96) em seu artigo 34. Além de inscrita no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conta agora com o reforço legal do novo Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE, que desde 2011, era Projeto de Lei (PL 8.035/2010), constitui-se na Lei do PNE - Lei n.º13.005/14, sancionada em 25 de junho de 2014 pela Presidência da República, para execução nos próximos dez anos. Conforme a sua meta 6, prevê que 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas brasileiras ofereçam educação em tempo integral, visando atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica. Sem dúvida, esse é um desafio que se impõe às escolas, diante das condições de infraestrutura, preparo pedagógico e concepção de currículo para a oferta da educação integral. Faz-se necessário o fortalecimento do pacto federativo e do regime de colaboração da educação, para que estados e municípios também articulem os seus planos estaduais e municipais ao PNE e essa meta se torne uma realidade. Ademais, quanto ao uso das tecnologias na escola, não se percebe a explicitação de estratégias dentre as metas da Educação Básica no novo PNE para que as tecnologias sejam internalizadas pelas escolas, o que deve ser observado não só do ponto de vista da equipamentação.

Portanto, para além da oferta da educação integral, considera-se que não basta ampliar a oferta do tempo integral de permanência do aluno na escola, mas é preciso verificar como se dá essa oferta, sendo indispensável incluir também o fomento de novas metodologias de ensino com o uso das tecnologias para melhor qualificar a educação escolar.

É fato que o governo federal tem investido por meio de programas, como o Programa Mais Educação, para que a educação integral seja uma realidade no ensino fundamental. O PME traz expressa sua intencionalidade em seus documentos orientadores pedagógicos quanto ao aproveitamento do tempo, dos espaços e do currículo escolar. Tanto com uma concepção de aproveitamento dos

espaços no interior da escola como fora dela, o PME busca transcender a compreensão da escola como único espaço de aprendizagem, integrando a comunidade e a cidade, conforme destacam Rodrigues, Viana e Bernardes (s.d., p.11) com a concepção inclusive de “‘cidade educadora’, projeto desenvolvido na Espanha, em que os espaços públicos são utilizados como apoio para os processos de ensino-aprendizagem”. Essa compreensão soma-se à necessidade de superação das dicotomias turno/contraturno, currículo/ações complementares, conforme destacam Leclerc e Moll (2012), no sentido de que o Projeto Político Pedagógico da escola de fato traduza a implementação da educação integral na perspectiva de integração curricular.

Pode-se observar no documento do Projeto Político Pedagógico da escola foco da pesquisa que, diferentemente do que os depoimentos dos entrevistados expressaram, não há uma conexão direta e explícita com as atividades do PME. O PPP da escola não inclui em seu texto as atividades do PME, o que corrobora com a conclusão de que o PME, bem como as atividades com o uso das tecnologias, com vistas à integração no currículo escolar, precisam ser mais bem compreendidos pela escola. Infere-se que pelo fato do programa ter sido implantado na escola da pesquisa sem uma ampla discussão e participação da comunidade escolar, causou dificuldades desde a composição do Plano de Atendimento com a escolha do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, até a sua implementação propriamente dita. Infere-se ainda que a falta de melhor implementação das atividades do PME, em especial as atividades do referido macrocampo, deu-se, também, pela falta de monitoramento, incumbência direta da SEE/PE, através da GRE Metropolitana Norte.

Sendo assim, as dificuldades de implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica na escola, revelaram-se como dificuldades de implementação do PME em nível macro (SEE/PE e GRE Metropolitana Norte). Considera-se que o uso incipiente das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na escola pesquisada apontou para desafios mais amplos do estado de Pernambuco em subsidiar a implementação do referido macrocampo do PME.

Os depoimentos dos entrevistados da pesquisa, as análises apresentadas e proposições do Plano de Ação Educacional dessa dissertação, constituem-se em evidências de que o Programa Mais Educação, e, especificamente a implementação

do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica, apesar do crescente quantitativo de escolas que fazem adesão ano a ano, ainda carece de melhores resultados em Pernambuco. Tanto o engajamento das escolas para o desenvolvimento das atividades do referido macrocampo, quanto o melhor gerenciamento no âmbito da SEE/PE e da GRE são questões que precisam ser mais bem monitoradas.

Diante disso, considerou-se o monitoramento precário e a falta de formação dos atores diretamente envolvidos no desenvolvimento das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica como dificuldades que se destacaram e revelaram a necessidade de ações pontuais para o alcance dos objetivos do programa na rede estadual de ensino de Pernambuco, justificando, portanto, o Plano de Ação proposto.

A necessidade de investimento em formação dos monitores que atuam nas escolas foi constatada no caso da Escola Estadual Y. A instituição possui dois monitores para as atividades do macrocampo, mas não são capacitados. Essa necessidade se refletiu nas atividades de Rádio Escolar e Jornal Escolar que não foram desenvolvidas em nenhum dos anos em que a escola fez a adesão no seu Plano de Atendimento, sendo substituídas, conforme descrito no capítulo 1, pela atividade de informática.

Alguns questionamentos ao final desse trabalho de pesquisa surgiram e podem ser investigados por novas pesquisas: Que razões levam as escolas a escolherem o macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica para compor os seus Planos de Atendimento do PME? As escolas integram o uso das tecnologias em seus currículos e no PPP? O Programa Mais Educação por meio das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica contribui para a melhoria dos resultados do IDEB e IDEPE das escolas da rede estadual de Pernambuco?

Diante do exposto, considera-se que as ações propostas no Plano de Ação Educacional apresentado não se constituem em solução para a melhoria da implementação do macrocampo de Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do PME na rede estadual de educação de Pernambuco, diante da complexidade que envolve o desenvolvimento das atividades do Programa nas escolas, mas podem colaborar significativamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Tecnologia na escola: criação de redes de conhecimentos. In: **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005, p. 71-73.

BONILLA, Maria Helena Silveira. Escola Aprendente: Comunidade em fluxo. In: FREITAS, M.T. (org.) **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 23-40. (Coleção Leitura, escrita e oralidade). Disponível em: <<http://www.ppgp2013.caedufjf.net/file.php/6/TIC/08.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2009a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Manual da Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Integral, no exercício de 2010**. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/31-consultas?download=4570:manual-pdde-2010>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação. **Roteiro de Mobilização para Adesão**: Programa Mais Educação 2013. Brasília/DF, 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18724> Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN nº 9.394/96**, Brasília/DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: 04 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Manual do PDDE Interativo 2014**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em 12 maio 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Nota Técnica nº 61 DICEI/SEB/MEC de 9 de julho de 2011**. Brasília, DF, 2011a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Ofício Circular nº 68 DICEI/SEB/MEC de 13 de dezembro de 2012**. Brasília, DF, 2012b.

_____. Ministério da Educação. **PDDE Interativo**. Disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: 04 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Portaria SEB/SECADI nº 71 de 29 de novembro de 2013**. Institui o Comitê Gestor do PDDE Interativo e dá outras providências. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/PorConj_71_ComiteGestorPDDEInterativo_2013.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 34 de 06 de setembro de 2013**.

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2013d. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/resolucoes-2013>>. Acesso em: 19 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Série Mais Educação. Comunicação e Uso de Mídias**. Caderno Pedagógico, nº 9. Brasília, DF, 2010b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Série Mais Educação. Cultura Digital**. Caderno Pedagógico, nº 7. Brasília, DF, 2010c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010**. Brasília, DF, 2010d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2014c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05 jul. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v.22, n.80, p.51-63, abril, 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1470/1219>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

_____. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n.100, especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**- Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, Juiz de Fora, v.2, n.2, p.78-100, jul./dez. 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Educação**. (Coleção valores). São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, p.213-225, 2004. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Educação Integral no Estado de Pernambuco: uma realidade no Ensino Médio**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-paulo-fernando-de-vasconcelos-dutra.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/educacao.php?lang=&codmun=261070&search=pernambuco|paulista|infograficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>>. Acesso em: 12 maio 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://www.red-ler.org/panorama-educacao-campo.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

INTRANET DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://intranetapp/portalie>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n.45, p. 91-110, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/07.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.

LOMONACO, Beatriz Penteado; SILVA, Letícia Araújo Moreira da. [coordenação editorial e textos]. **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: CENPEC : Fundação Itaú Social - Unicef, 2013. Disponível em: <http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivosstaticos/FIS/pdf/percursoseducinteg ral.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.

PARO, Vitor Henrique *et al.* A Escola Pública de Tempo Integral: Universalização do Ensino e Problemas Sociais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo (65): 11-20, maio, 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741988000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2013.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco- ALEPE. **Lei nº 11.461, de 22 de julho de 1997**. Dispõe sobre a retribuição das aulas ministradas no âmbito do Programa de Capacitação Sistemática e Formação Continuada de Docentes e Técnicos da Secretaria de Educação e Esportes e Institui bolsas de capacitação. ALEPE, Pernambuco, 1997. Disponível em:

<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13694&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=LO114611997>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco- ALEPE. **Lei nº 13.694, de 18 de dezembro de 2008.** Cria e extingue os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências. ALEPE, Pernambuco, 2008a. Disponível em:

<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=11461&complemento=0&ano=1997&tipo=&url=LO136942008>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, 11 jul. 2008b, p. 3.

_____. Secretaria de Educação. **Construindo a excelência em gestão escolar:** Curso de Aperfeiçoamento. Módulo I – Políticas Públicas para a Educação. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.

_____. Secretaria de Educação. Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação. Gerência de Políticas Educacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Finais. **Currículo do Ensino Fundamental em Movimento:** Relatório 2007-2010, Recife/PE, 2010.

_____. Secretaria de Educação. Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação. Gerência de Políticas Educacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Finais. **Orientação para funcionamento do Programa Mais Educação**, Recife/PE, 2013a.

_____. Secretaria de Educação. **Planos de Atendimento do Programa Mais Educação das Unidades Escolares.** 2008-2013b.

_____. Secretaria de Educação. Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação. Gerência de Políticas Educacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Finais. **Relatório Ações Executadas em 2013 - Programa Mais Educação**, 2013c.

_____. Secretaria de Educação. **Termos de Compromisso e Responsabilidade das escolas**, 2010 - 2013d.

PORTAL QEDU. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/busca>>. Acesso em: 02 maio 2013.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Subsecretaria de novas Tecnologias. Ginásio Experimental de novas Tecnologias Educacionais - GENTE - **Termo de Referência.** Disponível em: <<http://gente.rioeduca.net/documentos.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Escola da Rocinha tem nota 10 em gestão e autonomia.** Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=4768777>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima; VIANA, Lara Rodrigues; BERNARDES, Júlia de Araújo. **O Programa Mais Educação**: breve análise do contexto político e dos pressupostos teóricos. s.d. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/CibeleMariaLimaRodrigues-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **Educação Integral no Brasil de Hoje**. Curitiba: CRV, 2012.

VETORAZZI, Nilcéia Gomes. **Escola de tempo integral**: da convenção à participação. São Paulo: UNICID, 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.unicid.br/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2011/dissertacao_nilceia_gomes_vetorazzi.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COM AS EQUIPES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO E DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO METROPOLITANA NORTE (ETAPA PRELIMINAR DA PESQUISA)

Entrevistado(a): _____

Local: _____

Data: _____

- 1 - Desde quando o(a) senhor(a) acompanha o Programa Mais Educação na Secretaria de Educação/Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte?
- 2 - Que aspectos o(a) senhor (a) percebe como avanços do Programa?
- 3 - Dentre os avanços percebidos a qual o (a) senhor (a) dá destaque?
- 4 - Que dificuldades sobressaem-se no desenvolvimento do Programa?
- 5 - No âmbito da Secretaria de Educação/Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte que dificuldade o(a) senhor (a) destaca para o desenvolvimento do Programa?
- 6 - Que informações o(a) senhor (a) dispõe quanto à implementação do Programa na Escola Estadual Y (Planos de Atendimento, Relatórios, Questionários, outros)?
- 7 - Que informações o (a) senhor (a) dispõe quanto à implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica (planejamentos das atividades, relatórios da escola e dos monitores, questionários, outros)?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A EQUIPE DE GESTÃO DA ESCOLA: DIRETOR, VICE-DIRETORA E SECRETÁRIA (SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA)

Entrevistado (a): _____

Local: _____

Data: _____

1 – Programa Mais Educação

- 1 - Desde quando o (a) senhor (a) assumiu o cargo de gestão na escola?
- 2 - Desde quando o (a) senhor (a) acompanha o Programa Mais Educação (PME) na escola?
- 3 - O (a) senhor (a) considera que o PME trouxe mudanças para a escola?
- 4 - Desde que foi implantado houve avanços do PME na escola? Que aspectos o(a) senhor(a) percebe como avanços?
- 5 - Dentre os avanços percebidos qual deles o (a) senhor (a) considera mais significativo?
- 6 - Que dificuldades o (a) senhor (a) considera na implementação do PME pela escola?
- 7 - O (a) senhor (a) participou de alguma formação sobre o PME?
- 8 - Qual a relação do PME com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola?
- 9 - Como se encontra a escola em relação à prestação de contas do PME?

2 – Macrocampo

- 10 - Como se deu a escolha das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital pela escola¹³?
- 11 - Como era o uso das tecnologias na escola antes da implementação do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 12 - Que atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital foram e têm sido implementadas?

¹³A referência ao macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica é feita dessa forma, considerando-se que este, até 2012, era dividido em dois macrocampos.

13 - Especificamente, as atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica estão contempladas no PPP da escola?

14 - A escola seleciona os alunos participantes das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica de acordo com os critérios estipulados pelo MEC?

15 - Como se deu a formação das turmas de alunos participantes das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

16 - Quantas turmas desenvolvem atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

17 - Como é feita a organização do tempo das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

18 - São feitos contatos com os pais ou responsáveis pelos alunos participantes das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

19 - Como o(a) senhor(a) avalia a implementação das atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

20 - A escola recebe recursos financeiros para a implementação do PME? Como têm sido utilizados os recursos na implementação do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

3 – Monitores

21 - Como são selecionados os monitores para as atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

22 - Qual o perfil dos monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

23 - Como se dá o trabalho dos monitores do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EDUCADORES DE APOIO DA ESCOLA (SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA)

Entrevistado (a): _____

Local: _____

Data: _____

- 1 - Desde quando o senhor (a) está na função de educador de apoio na escola?
- 2 - Desde quando o (a) senhor (a) acompanha o Programa Mais Educação (PME) na escola?
- 3 - O(a) senhor(a) considera que o PME trouxe mudanças para a escola?
- 4 - Desde que foi implantado houve avanços do PME na escola? Que aspectos o(a) senhor(a) percebe como avanços?
- 5 - Dentre os avanços percebidos qual deles o(a) senhor(a) considera mais significativo ?
- 6 - Que dificuldades o(a) senhor(a) considera na implementação do PME pela escola?
- 7 - O(a) senhor(a) participou de alguma formação sobre o PME?
- 8 - Como se deu a escolha das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital pela escola?
- 9 - Desde quando a escola implementa o(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 10 - Que atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital foram e têm sido implementadas?
- 11 - Qual a relação do PME com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola?
- 12 - Como se deu a formação das turmas de alunos participantes das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 13 - Como se dá o planejamento das atividades desenvolvidas pelos monitores do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 14 - Existe registro escrito de planejamentos e relatórios dos monitores das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 15 - São feitos contatos com os pais ou responsáveis pelos alunos participantes das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital ? Que tipo de contato?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR COORDENADOR OU PROFESSOR COMUNITÁRIO DO PME DA ESCOLA (SEGUNDA ETAPA DA ESQUISA)

Entrevistado (a): _____

Local: _____

Data: _____

- 1 - Desde quando o(a) senhor(a) está na função de professor coordenador ou professor comunitário do PME na escola?
- 2 - Desde quando o(a) senhor(a) acompanha o Programa Mais Educação (PME) na escola?
- 3 - O(a) senhor(a) considera que o PME trouxe mudanças para a escola?
- 4 - Desde que foi implantado houve avanços do PME na escola? Que aspectos o(a) senhor(a) percebe como avanços?
- 5 - Dentre os avanços percebidos qual deles o(a) senhor(a) considera mais significativo ?
- 6 - Que dificuldades o(a) senhor(a) considera na implementação do PME pela escola?
- 7 - O(a) senhor(a) participou de alguma formação sobre o PME?
- 8 - Como se deu a escolha das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital pela escola?
- 9 - Desde quando a escola implementa o(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 10 - Que atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital foram e têm sido implementadas?
- 11 - Qual a relação do PME com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola?
- 12 - Como se deu a formação das turmas de alunos participantes das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 13 - Como se dá o planejamento das atividades desenvolvidas pelos monitores do macrocampo relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?
- 14 - Como o(a) senhor(a) avalia as condições de infraestrutura e recursos humanos, materiais e equipamentos da escola para a implementação das atividades do macrocampo relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital?

**APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MONITORES DO
MACROCAMPO COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIA, CULTURA DIGITAL E
TECNOLÓGICA (SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA)**

Entrevistado (a): _____

Local: _____

Data: _____

- 1 - Qual a sua formação?
- 2 - Desde quando o(a) senhor(a) exerce a função de monitor no PME na escola?
- 3 - Como foi selecionado(a) para as atividades do PME na escola?
- 4 - Que atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital desenvolve na escola?
- 5 - Que pontos o(a) senhor(a) considera como positivos no PME e nas atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital na escola?
- 6 - A qual ponto positivo o(a) senhor(a) dá destaque?
- 7- Que pontos negativos o(a) senhor(a) considera no PME e nas atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital na escola?
- 8 - A qual ponto negativo o(a) senhor(a) dá destaque?
- 9 - O(A) senhor(a) participou de alguma formação do PME para desenvolvimento das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital na escola?
- 10 - O(A) senhor(a) realiza planejamento das aulas?
- 11 - Que material o senhor(a) utiliza para as atividades com os alunos?
- 12 - O(A) senhor(a) apresenta relatórios à escola das atividades desenvolvidas?
- 13 - Como o(a) senhor(a) avalia as condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital, considerando:
 - a) remuneração;
 - b) equipamentos;
 - c) infraestrutura física;
 - d) relações com a equipe gestora da escola;
 - e) professores e alunos?

14 - Em sua opinião há necessidade de melhoria na implementação das atividades do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital na escola? Que medidas considera necessárias?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS EQUIPES DE COORDENAÇÃO DO PME DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO E DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO METROPOLITANA NORTE (SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA)

Entrevistado (a): _____

Local: _____

Data: _____

- 1 - Desde quando o(a) senhor(a) acompanha o Programa Mais Educação na Secretaria de Educação/Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte?
- 2 - Que adaptações foram feitas no Programa Mais Educação para a implementação em Pernambuco?
- 3 - Como se deu a adesão do município de Paulista ao PME?
- 4 - Como o (a) senhor (a) avalia a implementação do PME nas escolas da GRE Metropolitana Norte?
- 5 - Como tem sido implementado o PME no município de Paulista?
- 6 - Que medidas de acompanhamento às escolas do município de Paulista foram e têm sido adotadas?
- 7 - Especificamente, que medidas de acompanhamento foram e têm sido adotadas junto à Escola Estadual Y?
- 8 - Em relação à implementação do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital como o (a) senhor (a) avalia a sua implementação nas escolas estaduais de Pernambuco?
- 9 - Como está sendo a implementação do(s) macrocampo(s) relativo(s) ao uso de mídias e cultura digital nas escolas da GRE Metropolitana Norte?
- 10 - Especificamente, como está sendo o processo de implementação do(s) macrocampo(s) relativos ao uso de mídias e cultura digital na Escola Estadual Y?